



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2006

Rio de Janeiro, maio 2007

Apresentação

Este Relatório apresenta uma síntese das atividades desenvolvidas pela AS-PTA no ano de 2006. Trata-se de um informe sintético. Relatórios específicos pormenorizados referentes a cada um dos programas e serviços da entidade encontram-se à disposição para consulta pelos interessados.

SUMÁRIO

I. Introdução	4
II. Programas de Desenvolvimento Local.....	8
II.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba	8
II.2. Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná e Planalto Norte de Santa Catarina.....	17
III. Programa de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro.....	23
IV. Programas Transversais.....	26
IV.1. Programa de Desenvolvimento Metodológico.....	26
IV.2. Programa de Políticas Públicas	31
V. Centro de Informação	37
Anexo: Registros fotográficos.....	42

I. Introdução

1 - Ao encerrar o ano de 2005, a AS-PTA divisou três grandes desafios institucionais para 2006. Em primeiro lugar, a retomada dos processos transversais que irrigam a coesão institucional e sua capacidade de reflexão coletiva e de extroversão de acúmulos teóricos e metodológicos. Em segundo lugar, a promoção do II Encontro Nacional de Agroecologia, cujo processo preparatório e a realização propriamente dita são chamados a cumprir um papel central no fortalecimento da Articulação Nacional de Agroecologia. A ANA vem assumindo um papel crescentemente importante como instrumento galvanizador de redes e articulações da sociedade civil para a transformação do padrão de desenvolvimento rural no Brasil, visando o fortalecimento da agricultura familiar com base na agroecologia. Em terceiro lugar, o enfrentamento da crise financeira instalada na entidade desde 2005 que compromete a estabilidade institucional e sua capacidade de intervenção social.

2 - A reconstituição das condições de funcionamento do Programa Paraná, tanto em termos de repactuação de uma nova estratégia de ação com os parceiros locais como pela contratação de um coordenador da equipe, criou as condições locais que faltaram no ano anterior para que os fluxos de transversalidade entre os diferentes programas institucionais pudessem ser restabelecidos. Algumas iniciativas para redinamizar esses fluxos foram tomadas em 2006. Em primeiro lugar, a realização de uma reunião nacional que envolveu o conjunto das equipes técnicas dos programas da entidade e que permitiu o nivelamento e o redimensionamento dos objetivos institucionais para o triênio 2005-2007. Em segundo lugar, ocorreu a retomada dos procedimentos de intercâmbios internos com visitas de técnicos e agricultores do Paraná ao Programa Paraíba. O principal objeto que motivou esses intercâmbios foi a ação de sindicatos do Pólo das Organizações Sindicais e Associações da Agricultura Familiar da Borborema na promoção da agroecologia em seus respectivos municípios por meio da constituição de redes de agricultores-experimentadores desde o nível comunitário. Esse tema está na ordem do dia da agenda de debate no Programa Paraná e de seus parceiros locais. A equipe técnica do programa de Agricultura Urbana bem como agricultores urbanos por ela assessorados também realizaram uma visita à Paraíba, focando o tema do manejo dos arredores de casa. Simultaneamente, tiveram a oportunidade de visitar o Centro Nordeste de Plantas Medicinais, localizado em Olinda.

3- Em que pesem os resultados positivos dessas iniciativas na retomada das transversalidades, a AS-PTA não logrou no período constituir como previsto uma agenda coletiva capaz de mobilizar o conjunto dos programas em torno a temas de acumulação institucional. Um conjunto de razões dificultou o alcance desse objetivo no ano. A mobilização da entidade em torno da realização do II ENA, durante o primeiro semestre, absorveu grande parte das energias das equipes, seja nos processos locais de preparação, seja na organização nacional do evento. A mobilização de esforços para reorientar o Programa Paraná do ponto de vista metodológico cobrou ainda durante o ano de 2006 um intenso esforço da direção executiva da AS-PTA e dos coordenadores dos programas transversais de métodos e políticas públicas. Finalmente, o acirramento da crise financeira que se

manifestou, particularmente no segundo semestre, exigiu o investimento concentrado do conjunto da instituição visando ao restabelecimento em curto prazo do fluxo financeiro da entidade, tanto para levantar novos fundos, quanto ao restringir gastos operacionais. A permanência e o acirramento da crise, contrariando nossas expectativas para o ano, decorreram apenas em parte da supervalorização do real frente a moedas estrangeiras. O fator preponderante esteve associado às fortes restrições normativas para a utilização dos significativos recursos financeiros mobilizados pela AS-PTA desde o ano anterior junto a diferentes organismos públicos. Essas restrições devem-se à inexistência de uma legislação específica que regule o repasse e a utilização de recursos públicos por entidades do terceiro setor. Até 2006, a AS-PTA não vinha sofrendo esse tipo de restrição, uma vez que o Estado adotava até então uma postura mais flexível com relação a esse tipo de parceria com entidades da sociedade civil. O enrijecimento das normas em 2006 representou para a entidade assim como para o conjunto das organizações do terceiro setor (nele incluídas entidades de agricultores e movimentos sociais) a introdução de estrangulamentos burocráticos e exigências processuais para a execução orçamentária que são desproporcionais aos montantes e à natureza dos gastos. Essa situação inesperada acabou por conduzir à imobilização dos recursos nas contas das entidades.

4 - A realização do II ENA inscreveu-se como um dos objetivos centrais do Plano Trienal 2005-2007 da AS-PTA, cujas estratégias enfatizam a construção de redes abertas, ativas e coesas como um dos componentes essenciais do fortalecimento social, técnico-metodológico e político da alternativa agroecológica. A AS-PTA participou de todas as fases e em diversos âmbitos da organização do II ENA, fazendo-se presente na coordenação nacional da ANA, integrando e sediando o seu núcleo executivo bem como coordenando quatro dos seis grupos de trabalho temáticos: financiamento e desenvolvimento rural; manejo da biodiversidade e dos recursos naturais; construção do conhecimento agroecológico; e informação. Além disso, esteve também a cargo da coordenação do estudo nacional sobre impactos econômicos da incorporação da agroecologia aos sistemas familiares de produção.

O II ENA teve lugar no Recife no período de 02 a 06 de junho com cerca de 1.800 participantes, majoritariamente produtores familiares (56% homens e 44% mulheres) de todas as regiões do país. O evento se organizou em torno a um tema central – a construção da agroecologia num contexto de hegemonia do agronegócio – colocando em evidência a disputa em torno de modelos de desenvolvimento.

A contribuição principal que a AS-PTA aportou à ANA e à realização do II ENA em particular situa-se no campo das concepções e métodos de construção do movimento agroecológico. A idéia central subjacente à concepção defendida pela entidade na ANA é que a constituição desse movimento deve ser orientada “de baixo para cima”, a partir das iniciativas localizadas de promoção da agroecologia nos diferentes biomas do país. Essas iniciativas têm demonstrado que o fortalecimento de suas capacidades individuais é maior quando elas estão articuladas em redes com outras iniciativas similares em suas próprias regiões. Do ponto de vista da AS-PTA, cabe à ANA articular essas redes locais e regionais

em escalas crescentes até o plano nacional. Essa idéia de organização da sociedade civil é inovadora, pois atribui às experiências concretas e aos seus promotores um papel de destaque como protagonistas do movimento social. Associadas a ela estão as noções de respeito e valorização das diversidades e de horizontalidade das relações entre movimentos e organizações. Ao colocar as experiências dos produtores como eixo polarizador dos debates que levam a constituição do movimento, essa concepção inverte a tradicional lógica de organização social ainda muito centrada na retórica discursiva e, por isso, pouco sensível às singularidades e às capacidades de inovação e mobilização política das bases sociais.

5 – A permanente atualização das capacidades propositivas da AS-PTA está diretamente vinculada aos exercícios e vivências que a instituição desenvolve por meio de seus programas locais. Essa é a razão pela qual a entidade continua atribuindo a esses programas um lugar central em sua estratégia nacional. Em que pesem as evoluções diferenciadas dos programas locais do Paraná e da Paraíba, o ano de 2006 foi particularmente positivo do ponto de vista da produção de novas referências potencialmente generalizáveis ao movimento agroecológico brasileiro. O primeiro campo de acumulação se fez em torno do debate sobre o papel das organizações dos agricultores na promoção da agroecologia e do desenvolvimento local. A AS-PTA tem postulado como princípio estratégico que o enfrentamento do modelo dominante de desenvolvimento e a construção das alternativas para a agricultura familiar dependem essencialmente dos papéis que vierem a assumir as próprias organizações dos produtores em todas as escalas e formas de atuação. Essa questão, no entanto, só muito recentemente começa a ser incorporada pelas próprias organizações parceiras da AS-PTA em seus programas locais. Esse reconhecimento é o resultado do reposicionamento das organizações frente às dinâmicas inovadoras em suas bases sociais, que se constituíram como resultado de longos processos de maturação política catalizados pela experimentação agroecológica. A vinculação bem sucedida entre as estruturas organizativas e os processos sociais que lhes dão sustentação política vem chamando a atenção e despertando o interesse de movimentos e organizações nacionalmente estruturados.

O segundo campo de acumulação está relacionado à abordagem conceitual e metodológica para analisar as estratégias econômicas da agricultura familiar e orientar tecnicamente a transição agroecológica. Essa abordagem foi desenvolvida e vem sendo exercitada pela AS-PTA em seus programas locais há alguns anos. Em 2006 esse enfoque analítico foi empregado para estabelecer comparações entre os caminhos da agroecologia e do agronegócio para a viabilização econômica da agricultura familiar. Por essa via permitiu politizar as experiências dos agricultores desenvolvidas nos programas locais, situando-as no debate sobre modelo de desenvolvimento. Simultaneamente, as análises das diferentes estratégias econômicas de famílias que optaram pelo caminho da agroecologia permitiram requalificar o debate sobre relações com os mercados, sobretudo ao evidenciar que as estratégias mais sustentáveis passam necessariamente pela diversidade produtiva.

6 – O Programa de Agricultura Urbana consolidou em 2006 sua estratégia de regionalização na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, tomando como base a

parceria com a Pastoral da Criança estabelecida nos anos anteriores. O exercício da ação em parceria com as agentes da pastoral permitiu à equipe amadurecer um ponto de vista sobre os conceitos e enfoques metodológicos para o aproveitamento de espaços urbanos na produção de alimentos visando à complementação nutricional de famílias de baixa renda que vivem nas periferias das grandes metrópoles. O programa investiu esforços na sistematização desses enfoques que resultaram na produção de vários materiais, em particular um documento de síntese metodológica apresentado ao II ENA e um vídeo produzido para a Pastoral da Criança.

A equipe do Projeto de Agricultura Urbana teve um papel determinante na articulação da delegação do estado do Rio de Janeiro ao II ENA. O processo preparatório dessa delegação baseou-se na sistematização e troca de experiências de diferentes grupos e organizações do estado envolvidos na promoção da agroecologia. Esse processo permitiu alcançar, pela primeira vez, a criação de um núcleo de articulação no estado fundamentado em práticas concretas de comunidades rurais e urbanas. Após o II ENA esse núcleo manteve uma rotina de reuniões com base num programa de intercâmbios entre experiências.

7 – Os programas transversais da AS-PTA (políticas públicas e desenvolvimento metodológico), em sintonia com o conjunto da instituição, concentraram esforços na organização do II ENA e no encaminhamento de alguns de seus desdobramentos. A entidade permaneceu ativa em diferentes espaços de debate sobre políticas públicas. Destacam-se, desse ponto de vista, as iniciativas em torno da Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos. Nesse plano, as ações mantiveram-se voltadas para o acompanhamento e mobilização política em torno aos trâmites da legislação sobre biossegurança, em particular os procedimentos de regulamentação da lei no tocante à composição e às atribuições da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. No campo dos métodos de promoção da agroecologia, a AS-PTA atuou, sobretudo, na valorização externa de seus acúmulos anteriores. Deu continuidade à organização de processos de formação de técnicos de 13 entidades vinculadas à Rede Ater Nordeste e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

8 – No horizonte 2007, estão colocados os seguintes desafios e perspectivas:

- Fortalecer a coesão da ANA em torno a um plano estratégico de ação a ser definido pela coordenação nacional. Esse plano deverá ser capaz de mobilizar as redes regionais e movimentos sociais em torno a agendas e métodos de ação convergentes.
- Intensificar as transversalidades entre os programas operacionais da AS-PTA em torno aos seguintes temas: fortalecimento das organizações dos agricultores na promoção da agroecologia; monitoramento da transição agroecológica; relações de gênero; desenvolvimento de estratégias de acesso aos mercados, particularmente os mercados locais; estratégias de manejo e conservação da agrobiodiversidade; metodologias de sistematização de experiências com vistas a facilitar a comunicação de agricultor a agricultor.

- Enfrentar a crise financeira atravessada pela AS-PTA com medidas emergenciais que atendam às necessidades de curto prazo e o desenvolvimento de estratégias de captação de recursos que permitam à entidade superar estruturalmente as instabilidades financeiras que vem vivenciando nos últimos anos. Ao elaborar o Plano Trienal para o período 2008-2010, a entidade deverá dimensionar sua estrutura, objetivos e metas em consonância com as expectativas de mobilização de recursos no curto e médio prazos.

II. Programas de Desenvolvimento Local

II.1. Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba

O Pólo Sindical da Borborema, que tem sido nos últimos dois anos foco de atenção prioritária do programa local, teve fortalecida, em 2006, sua capacidade de atuação como ator de articulação regional das organizações da agricultura familiar. Se em 2005 o Pólo constituiu as condições jurídicas e políticas para atuar nessa perspectiva, em 2006 foram as organizações a ele vinculadas que avançaram nas práticas voltadas à promoção do desenvolvimento em suas respectivas áreas de atuação. Cabe destacar nessa evolução as iniciativas de alguns sindicatos que incorporaram de forma mais intensa e orgânica a promoção da Agroecologia em seus municípios. Para tanto, introduziram modificações em suas formas organizativas para levar à frente esse tipo de trabalho junto às comunidades. Entre essas modificações, quatro sindicatos (Massaranduba, Queimadas, Arara, Soledade) constituíram comissões temáticas para organizar os processos de experimentação e formação agroecológica. Somados aos três sindicatos que anteriormente já adotavam esse método organizativo, ao final de 2006 sete sindicatos articulados ao Pólo (num total de 16) passaram a alocar recursos próprios para custear atividades de intercâmbio, reuniões, cursos, etc.

O avanço da sustentabilidade sócio-política do Pólo associado a essas iniciativas de suas organizações se traduziram na intensificação e maior capilarização dos processos comunitários de transição agroecológica, envolvendo um número crescente de famílias e de grupos em torno a formas associativas de fortalecimento das economias familiares.

Os principais avanços do programa em 2006 podem ser sintetizados nos seguintes campos.

1) Leitura da realidade

A organização por temas da equipe da AS-PTA e das comissões do Pólo tem demonstrado constituir uma opção correta para orientar os processos de inovação agroecológica na medida em que permite o aprofundamento dos conhecimentos técnicos e sócio-organizativos associados a campos específicos da gestão dos agroecossistemas. Por outro lado, no entanto, esse tipo de organização do trabalho acabou introduzindo um viés fragmentador no olhar e na intervenção sobre a realidade. Na prática essa fragmentação se manifestou em diferentes

momentos em uma tendência ao mútuo isolamento dos processos de planejamento e monitoramento do impacto das ações temáticas.

O diagnóstico regional iniciado em 2005 teve por função principal reintroduzir no conjunto das comissões temáticas uma perspectiva de leitura e de ação sistêmicas, tomando como base o estudo dos agroecossistemas presentes no conjunto dos municípios abrangidos pelo Pólo.

Em fevereiro de 2006, no Segundo Encontro da Agricultura Familiar do Pólo da Borborema, a primeira etapa do diagnóstico regional foi apresentada e debatida pelo conjunto das comissões. Cada comissão avaliou as especificidades de seus temas em cada um dos grandes ambientes identificados nessa primeira fase do diagnóstico. A integração das perspectivas temáticas na leitura dos diferentes agroecossistemas regionais colocou o Pólo em um novo patamar de conhecimentos, permitindo que as estratégias de inovação agroecológica sejam definidas pelas comissões, no plano regional, e pelos sindicatos, nos municípios, com base nas especificidades dos distintos ambientes presentes em suas respectivas áreas de abrangência.

A continuidade do diagnóstico está prevista para 2007 e deverá fornecer novos subsídios para que o Pólo e a AS-PTA estabeleçam processos sistemáticos de monitoramento dos impactos de sua ação sobre a sustentabilidade da agricultura familiar da região.

Outra inovação metodológica de destaque em 2006 foi a documentação de experiências inovadoras, procurando evidenciar as funções sistêmicas de práticas pontuais introduzidas por famílias ou grupos de agricultores. Esse novo enfoque de sistematização tem também contribuído para romper o isolamento analítico que vinha se desenvolvendo entre as linhas temáticas da intervenção, contribuindo para a construção de um ponto de vista mais refinado para a leitura e enfrentamento coletivo da problemática técnica. A reorganização sistêmica dos temas que já vinham sendo trabalhados ajudou a sintonizar a percepção da equipe da AS-PTA com os agricultores-experimentadores organizados pelas comissões do Pólo.

2) Avanço na transição agroecológica no Pólo

A seca ocorrida em parcela significativa da região do Pólo em 2006 ressaltou nas áreas de sua maior incidência os contrastes existentes entre as propriedades que ingressaram e que não ingressaram em trajetórias de transição agroecológica. As primeiras demonstraram maior capacidade de abastecimento alimentar e de água de boa qualidade para uso doméstico, de manutenção dos rebanhos, dos estoques de sementes, etc. As estratégias de estoques de recursos e outras medidas anti-risco incorporadas nessas propriedades atenuaram os efeitos desestruturadores da seca sobre os sistemas e as vidas das famílias e asseguraram melhores condições comparativas para uma mais rápida recomposição produtiva no próximo ciclo agrícola.

Os efeitos positivos da estratégia agroecológica para a convivência com o semi-árido evidenciados nessa conjuntura climática desfavorável foram objeto de

reflexão no Pólo. Ao mesmo tempo que essas evidências fortalecem o trabalho de promoção da Agroecologia junto às bases sociais na região, elas chamaram a atenção mais uma vez para o papel essencial que pode vir a ser desempenhado pelas políticas públicas e as iniciativas comunitárias na construção de maiores níveis de estabilidade dos sistemas produtivos, quando são mobilizados de forma eficiente os mecanismos de regulação da oferta e de manutenção descentralizada dos estoques de recursos produtivos.

O Programa Um Milhão de Cisternas permaneceu como um componente importante de mobilização comunitária para o abastecimento das demandas de água para o consumo doméstico. As políticas da Conab de garantia de preço e de compra direta às famílias asseguraram a constituição de estoques de segurança de sementes que abasteceram os bancos comunitários e favoreceram o acesso de grupos organizados de produtores ecológicos a mercados institucionais. Os fundos rotativos solidários se multiplicaram e diversificaram seus objetivos, aumentando o acesso das famílias a recursos para o investimento em infra-estruturas para o desenvolvimento local.

No campo do manejo dos recursos hídricos, a ampliação das capacidades de estocagem de água aumentou a segurança hídrica das famílias. Em 2006 foram construídas 1.000 cisternas acopladas com bombas manuais, o que elevou para 4.300 na região o número de famílias beneficiadas com essa infra-estrutura, ou seja, um acréscimo de 30% no ano. As bombas manuais não só exercem um efeito positivo sobre a assepsia da operação de retirada da água das cisternas, mas também reduzem o esforço físico dessa operação que, em geral, é realizada pelas mulheres.

Além das cisternas foram construídas duas barragens subterrâneas e ampliados dois tanques de pedra de uso comunitário, beneficiando 45 famílias.

Outra inovação que foi testada no ano foi a bomba popular, uma tecnologia de baixo custo que aproveita água de poços artesianos deixados em desuso por programas oficiais. Foram instaladas com sucesso três unidades experimentais, sendo duas na região do Curimataú e uma terceira em um pequeno povoado existente na periferia de Lagoa Seca composto de famílias sem terra. No Curimataú, essa inovação foi essencial para o abastecimento de água para os animais e no povoado de Lagoa Seca a bomba abasteceu as famílias com água potável.

As práticas inovadoras de produção e armazenamento de forragens, que até 2005 vinham sendo incorporadas com maior intensidade em comunidades de Solânea e Soledade, irradiaram-se em 2006 para outros municípios do Pólo, sobretudo Massaranduba e Remígio. O ano seco se manifestou particularmente efetivo em Solânea e Soledade, praticamente impedindo a produção forrageira no período. Para manter os seus rebanhos, as famílias que haviam inovado nesse campo lançaram mão dos estoques constituídos no ano anterior. Em que pese os efeitos da seca, 90 famílias em nove municípios produziram e estocaram seiscentas toneladas de forragem em 2006.

No ano, a comissão de criação animal do Pólo incentivou intensamente o cultivo de plantas forrageiras por meio da realização de cursos e reuniões comunitárias que envolveram 250 famílias. Além dos eventos de formação, houve a distribuição de sementes (sobretudo de sorgo, guandu e abóbora forrageira) para 600 famílias e mudas (leucena, neem, maniçoba e gliricídia) para 1.200 famílias de comunidades e assentamentos de nove municípios.

Esse conjunto de iniciativas permitirá o incremento da produção de forragens no ano de 2007, caso o ciclo de chuvas seja favorável. O Pólo negociou e já teve aprovado um projeto para a compra de onze máquinas forrageiras por intermédio do Programa de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Essas máquinas poderão suprir as necessidades de processamento da produção forrageira, aumentando os estoques nas comunidades. O acesso a essas máquinas, no entanto, ainda está condicionado a negociações que os sindicatos deverão fazer com as prefeituras, na medida em que esses equipamentos chegam aos territórios com a intermediação delas.

A comissão saúde e alimentação do Pólo também desenvolveu atividades destinadas a aumentar a estabilidade alimentar e nutricional das famílias, atenuando os efeitos comuns da sazonalidade climática sobre a disponibilidade de alimentos. Em 2006 foi incentivado o beneficiamento de cinco espécies de frutas nativas e cultivadas e produzida multimistura por dez grupos comunitários, beneficiando 1100 crianças e gestantes.

A rede de bancos de sementes comunitários no Pólo consolidou-se em 2006 com 82 bancos abrangendo 3080 famílias. Essa rede vem funcionando como um espaço de articulação e aprendizado entre as comunidades, o que tem proporcionado a melhoria continuada dos processos coletivos de gestão dos estoques comunitários. Esses estoques vêm servindo como fontes de regularização da disponibilidade de sementes de qualidade para as famílias sócias, garantindo o aproveitamento integral dos ciclos chuvosos.

Uma inovação verificada em 2006 nessa rede foi a introdução de sementes de espécies forrageiras nos bancos como estratégia de fortalecimento da produção de alimentação para os animais.

As diferentes formas que levam à diversificação produtiva têm exercido também papéis importantes na estabilização das rendas e aumento da segurança alimentar das famílias. A intensificação do uso dos arredores de casa por um número crescente de famílias revela-se como uma estratégia cada vez mais significativa para esses fins, na medida em que, com a fragmentação das propriedades, reduzem-se as áreas disponíveis para os cultivos e a criação extensiva pelas famílias. Além da intensificação desses espaços, ação coordenada pela comissão de saúde e alimentação, outras iniciativas coordenadas pelas demais comissões convergem para esse mesmo objetivo. Dentre elas cabe destacar:

- a rearborização das propriedades com espécies de múltiplo uso (distribuição de 17 mil mudas de essências florestais nativas e exóticas frutíferas e forrageiras, para 2500 agricultores e agricultoras);

- a valorização e/ou a reintrodução do cultivo do algodão segundo métodos de manejo agroecológico (realização de dias de campo e visitas de intercâmbio sobre o tema envolvendo 100 agricultores e agricultoras. Quinze famílias do município de Remígio fizeram experiência piloto em 2006, produzindo 5 toneladas de algodão com certificação orgânica e vendido com 25% de ágio sobre o preço do mercado convencional);
- intensificação e diversificação dos pequenos criatórios (cursos e visitas de intercâmbio sobre criação de abelhas africanizadas e nativas, caprinos e aves).

As ações desenvolvidas para favorecer o acesso das famílias agricultoras aos mercados, os mecanismos de financiamento da produção por via de fundos solidários e o fortalecimento das capacidades metodológicas e políticas das organizações dos agricultores jogaram um papel importante como impulsionadores dos processos de transição agroecológica na região de abrangência do Pólo. Essas ações serão melhor detalhadas nos tópicos seguintes.

3) Acesso a mercados

Os processos de transição agroecológica dependem da implementação de estratégias voltadas para a realização econômica da diversidade de produtos que compõem os sistemas produtivos agroecológicos. A comercialização de um grande leque de produtos tem se ancorado na construção ou revalorização de múltiplos canais mercantis, nos quais as famílias e grupos se inserem e tiram partido de acordo com suas estratégias econômicas.

Em 2006, foram criadas duas novas feiras agroecológicas, atingindo um total de oito feiras na região. A primeira foi no município de Remígio, mobilizando particularmente famílias de assentamentos rurais, e a segunda foi em Campina Grande. Em seu conjunto, as sessenta famílias feirantes escoaram 800 toneladas de 70 diferentes produtos próprios e de mais 190 famílias fornecedoras. O faturamento médio por família foi de cinco mil reais no ano, o que equivale a um salário mínimo por mês por família feirante. Cabe destacar também a presença nesse universo de 40 mulheres feirantes.

Outro circuito comercial melhor explorado em 2006 foi o dos mercados institucionais. Além de configurarem-se como novos canais para a venda de produtos tradicionalmente comercializados pela agricultura familiar da região, esses mercados criaram a possibilidade de venda de novos produtos. Entre eles estão as sementes de variedades locais e forrageiras para a constituição de estoques dos bancos de sementes e grãos para a elaboração da multimistura.

Todos esses mercados institucionais foram acessados através do Programa de Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar mantido pela Conab. Por meio desse mecanismo, 56 famílias venderam produtos para a merenda escolar, para a confecção de multimistura e para os bancos de sementes comunitários. Depoimentos de diretoras das escolas beneficiadas com o programa evidenciam a melhoria dos padrões de qualidade dos alimentos ofertados às crianças.

O avanço dos processos de transição agroecológica na região tem se traduzido no aumento da demanda por sementes e mudas necessárias para a recomposição dos sistemas produtivos. Sementes de essências florestais e adubos verdes (gliricídia e moringa, sobretudo) e mudas têm sido demandadas por um número crescente de famílias. Essa demanda criou um mercado local que vem sendo atendido pelas famílias que já se encontram em estágios avançados da transição agroecológica.

O processamento artesanal de produtos (doces, fitoterápicos, etc.) tem sido também um item da diversificação produtiva e das fontes de renda da agricultura familiar. Esses produtos vêm sendo escoados tanto nas feiras como por clientelas próprias das famílias e têm igualmente um efeito sobre a segurança alimentar das mesmas na medida em que lhes garante o acesso a esses produtos ao longo do ano.

O crescimento da produção agroecológica e a diversificação dos canais de comercialização tornou necessária e economicamente viável a aquisição de um caminhão para transportar os produtos entre os pólos de produção e comercialização. Essa proposta vem sendo negociada no âmbito do programa de desenvolvimento territorial financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Outra estratégia de comercialização que vem sendo exercitada pelo Pólo refere-se à exploração de produtos específicos, tirando partido dos mecanismos de valorização econômica em cadeias produtivas. Esse é o caso, por exemplo, da produção de algodão orgânico que apresenta boas perspectivas de ganhar densidade e efeito de escala na região através da articulação dessa iniciativa com outras que vêm sendo desenvolvidas em distintos estados do Nordeste.

4) Fundos rotativos solidários

As experiências com os Fundos Rotativos Solidários vêm sendo exercitadas já há alguns anos na região de forma estreitamente associada à implementação do Programa Um Milhão de Cisternas. Existiam ao final de 2006 trezentos fundos rotativos solidários compostos por esses recursos. Essa foi a razão pela qual esse tema vinha sendo tratado exclusivamente pela comissão de recursos hídricos do Pólo. Mais recentemente, com a diversificação da alocação dos recursos dos fundos rotativos já constituídos em outras ações para além das cisternas, esse mecanismo de financiamento passou a alavancar as estratégias de intensificação e diversificação produtiva. Por exemplo: constituíram-se fundos para financiamento de telas para a estruturação dos arredores de casa e a produção de aves, o financiamento de infra-estruturas para a apicultura, para a produção caseira de fitoterápicos, etc.

Frente a essa diversificação de propósitos, o tema dos fundos rotativos passou a ser tratado no âmbito das estratégias conjuntas de promoção da agroecologia e não mais como um mecanismo específico voltado para viabilizar a construção de cisternas.

Ao ampliar a vocação dos fundos rotativos, o Pólo abriu o debate sobre o papel deles como instrumento das políticas públicas para o financiamento do desenvolvimento local. As diversificadas experiências acumuladas na Paraíba passaram a referenciar as negociações iniciadas com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho, e em outros espaços de debate sobre políticas como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Um dos desdobramentos imediatos desse novo enfoque foi a criação, pelo Banco do Nordeste, de uma experiência piloto voltada para a criação e/ou o fortalecimento de iniciativas de fundos rotativos solidários. Para viabilizar uma dessas iniciativas piloto, o Pólo conveniou uma parceria com o Banco para fortalecer a capacidade financeira de alguns fundos da região para que eles financiem ações coordenadas pela comissão de saúde e alimentação orientadas à promoção da segurança alimentar.

A ampliação da abrangência social e temática dos fundos trouxe para a ordem do dia a necessidade de sistematizar e consolidar as experiências de gestão coletiva desses recursos, de forma que elas possam subsidiar o estabelecimento de mecanismos permanentes de administração de poupanças comunitárias voltadas para o investimento na transição agroecológica ou para atender emergências conjunturais.

5) Fortalecimento das organizações

Ao final de 2006, a metade dos sindicatos vinculados ao Pólo tinha assumido efetivamente, em diferentes níveis, ações no campo da promoção do desenvolvimento agroecológico. A incorporação dessa nova perspectiva foi fortemente influenciada pelas experiências acumuladas anteriormente pelos sindicatos de Lagoa Seca, Remígio e Solânea, e pelas capacidades que tiveram as lideranças do Pólo de transformar essas experiências em objeto de reflexão dos demais sindicatos da região. O tema da ação sindical entrou com força na agenda do Pólo em 2006, dando lugar a processos de sistematização e intercâmbio entre as diretorias de diferentes sindicatos, processos esses que culminaram, em outubro, no I Encontro do Movimento Sindical, Agricultura Familiar e Agroecologia no Pólo da Borborema, do qual participaram 150 agricultores e agricultoras que compõem as diretorias dos sindicatos e associações associados ao Pólo.

A experiência do Pólo de agregar um conjunto de organizações da agricultura familiar no território da Borborema convergindo suas capacidades políticas e materiais para a promoção do desenvolvimento local vem sendo crescentemente reconhecida em diferentes espaços do movimento sindical da agricultura familiar. Lideranças do Pólo foram demandadas em 2006 a apresentar e debater a experiência regional tanto junto a sindicatos municipais quanto no encontro nacional da Contag, com a participação de todas as federações estaduais.

Já como pessoa jurídica constituída, o Pólo celebrou, no período, parcerias com diferentes organismos do Estado. Se, por um lado, essas parcerias abriram a possibilidade para o Pólo se viabilizar do ponto de vista financeiro, por outro lado,

vieram acompanhadas de exigências no campo burocrático desproporcionais às capacidades administrativas instaladas. Além da excessiva carga normativa, a rigidez dos procedimentos operacionais gerou em algumas situações profundas incoerências entre os projetos financeiros e as necessidades específicas do Pólo. Assim instituídas, essas parcerias terminaram por absorver parte significativa das capacidades operacionais da equipe técnica do Pólo e da AS-PTA na gestão administrativa e financeira dos projetos.

Grande investimento em tempo e recursos permanecerá sendo demandado para que o Pólo mantenha as condições institucionais, administrativas, financeiras e políticas adequadas para assegurar sua vocação tanto como agente estimulador de dinâmicas sociais de inovação agroecológica quanto como ator político capaz de promover publicamente as proposições da agricultura familiar para o desenvolvimento do agreste paraibano.

Em sua continuidade, caberá ao Pólo encontrar, a cada momento, os equilíbrios adequados entre os investimentos de tempo e recursos alocados às atividades-meio e às atividades-fim. A excessiva concentração nas primeiras colocaria obstáculos ao exercício autônomo de análise e ação sobre a realidade. Nessa condição, o Pólo pode comprometer progressivamente sua sintonia com os processos sociais que o instituíram, tornando-se, com o tempo, uma estrutura formal com pouca capacidade de dinamizar processos sociopolíticos de base. O descuido com as atividades-meio, por outro lado, pode levar à corrosão das condições institucionais necessárias à sustentação material e política das redes de agricultores-experimentadores.

Outro importante acontecimento no campo das organizações da região em 2006 foi a fundação da Eco-Borborema, uma associação regional de agricultores(as) produtores de alimentos ecológicos. Essa associação, também vinculada ao Pólo, assumiu o tema da comercialização que até então vinha sendo tratado no âmbito da comissão encarregada no Pólo do tema dos cultivos ecológicos. Com o surgimento da associação, o debate regional sobre as estratégias de comercialização de alimentos ecológicos ganhou um fórum próprio capaz de definir normas e procedimentos para a regulação coletiva das relações das famílias com os diferentes mercados.

6) Articulações em redes

O programa local da AS-PTA manteve-se ativo no fortalecimento de redes e articulações do campo agroecológico que se estruturam para além de sua área de abrangência prioritária. As ações nesse campo foram assumidas de comum acordo e conjuntamente com o Pólo, que também incorporou em sua própria estratégia de constituição a necessidade desse tipo de articulação em rede.

As articulações se efetivaram em três escalas geográficas: no estado da Paraíba, por meio da Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB), no Nordeste brasileiro, por meio da ASA-Brasil e da Rede Ater-NE, e em escala nacional, através da ANA.

Em 2006, verificou-se grande evolução no campo da construção metodológica da ASA-PB e das redes regionais a ela vinculadas. A valorização das experiências concretas (positivas e negativas) como meio de referenciar debates políticos e subsidiar a elaboração de estratégias de ação coletiva é o aspecto central do método já amadurecido na ASA-PB. Esse enfoque que combina a reflexão sobre experiências particulares com o debate sobre o modelo de desenvolvimento se expressou concretamente na organização de um conjunto de eventos no ano. O evento do Dia Mundial da Água, quando a proposta da transposição do rio São Francisco foi contrastada com as experiências de gestão descentralizada dos recursos hídricos promovidas pela organização da ASA-PB; a Festa da Semente da Paixão, que colocou em evidência o debate sobre agrotóxicos e transgênicos a partir da realização de um vídeo sobre experiências positivas e negativas no estado e de depoimentos presenciais realizados por agricultores e agricultoras; o Encontro Paraibano de Agroecologia, realizado como atividade preparatória da ASA-PB para o II ENA, colocou igualmente em debate o modelo hegemônico de desenvolvimento rural fundamentado no agronegócio. Ao mesmo tempo, evidenciou o potencial da proposta agroecológica por meio da apresentação de experiências concretas realizadas no estado.

Esses eventos foram concebidos e coordenados por comissões temáticas da ASA-PB que se ocupam de articular as experiências em curso no estado nos campos da semente da paixão, manejo dos recursos hídricos e comercialização em feiras.

Em 2006, ocorreram dois fatos positivos para o fortalecimento da ASA-PB. O primeiro, foi a constituição do Coletivo do Cariri, uma articulação microregional semelhante ao Pólo e nele inspirada, que congrega organizações da agricultura familiar dos municípios daquela região do estado. O Coletivo vem sendo assessorado diretamente pelo Patac, organização de assessoria com a qual a AS-PTA vem estreitando laços de parceria, inclusive no campo das estratégias de financiamento.

O segundo fato, foi a aproximação à ASA-PB de organizações da Via Campesina e organizações da região litorânea do estado. O MST e o MAB (Movimento de Atingidos por Barragens) estiveram ativos na organização e promoção de eventos estaduais organizados pela ASA-PB no ano. Além de possibilitar a irradiação da proposta agroecológica para a base social desses movimentos, essa aproximação fortalece a ASA-PB como ator político.

No conjunto da região Nordeste, a AS-PTA manteve estreitas relações por meio de duas redes: a ASA-Brasil e a Rede Ater-NE. No primeiro semestre, a AS-PTA contribuiu logística e metodologicamente para a condução dos processos preparatórios do II ENA no semi-árido que teve na ASA-Brasil um de seus principais organizadores locais. No segundo semestre, a contribuição da entidade à ASA-Brasil esteve concentrada no apoio à concepção e elaboração do projeto P1+2, que está destinado a fomentar intercâmbios entre dinâmicas inovadoras de promoção da agroecologia no semi-árido brasileiro.

O terceiro módulo de formação em agroecologia das 13 entidades integradas à Rede Ater-NE foi organizado pela AS-PTA e pelo Pólo (ver mais a respeito na seção sobre o programa de desenvolvimento metodológico).

II.2. Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná e Planalto Norte de Santa Catarina

Desde o início de 2006, a equipe local da AS-PTA reassumiu integralmente a gestão dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação do programa local que, até o final do ano anterior, estava sobre a responsabilidade da diretoria executiva da instituição. Essa evolução se fez possível pela convergência de dois fatores: em primeiro lugar, a consolidação das novas estratégias de ação regional da AS-PTA, com o reposicionamento da entidade frente aos seus parceiros locais; em segundo lugar, cumpriu-se um ciclo importante da reestruturação da equipe local com a incorporação de um novo coordenador e com a reorganização e reorientação metodológica dos subprogramas técnicos de responsabilidade dos demais membros da equipe.

A maior estabilidade da equipe assim alcançada ensejou a intensificação da assessoria da entidade às dinâmicas de experimentação agroecológica nas comunidades e a articulação entre elas. Os temas mobilizadores dos processos de experimentação organizados nos programas técnicos da entidade passaram a ser tratados de forma integrada no quadro do programa de formação conduzido junto às comunidades. Essa integração temática permitiu que os conhecimentos teóricos associados às práticas em experimentação nas áreas de solos, agrobiodiversidade e manejo agroflorestal pudessem ser melhor apropriadas pelas famílias em suas estratégias individuais e coletivas de promoção da agroecologia.

Simultaneamente a essas evoluções no campo metodológico e organizativo, a equipe local teceu novas parcerias com grupos e organizações de agricultores e de assessoria que vêm atuando na região e nos estados do Paraná e Santa Catarina em temas e perspectivas afins. Essas novas parcerias vieram reforçar o enfrentamento de alguns temas que estão na ordem do dia dos debates da região como, por exemplo, o acesso aos mercados, as alternativas econômicas à fumicultura, o crédito para sistemas agroflorestais, a legislação ambiental, etc.

O programa teve um papel decisivo na articulação de organizações da sociedade civil para a participação na Oitava Conferência das Partes sobre Biodiversidade realizada em Curitiba, em março. Também exerceu a função organizadora da preparação da presença da delegação dos três estados do Sul no II Encontro Nacional de Agroecologia. Através dessas iniciativas, o programa local pôde se reinserir nas redes e articulações regionais do campo agroecológico.

1) Programa de formação e redinamização da experimentação agroecológica nas comunidades

Até o final de 2005, a AS-PTA assessorava diretamente 52 grupos comunitários de 21 municípios em torno aos temas do manejo da agrobiodiversidade e dos solos. Um número significativamente menor de grupos estava envolvido na experimentação agroflorestal. Com uma equipe reduzida, ainda pouco afinada do ponto de vista metodológico, trabalhando numa grande área geográfica, com grupos dispersos entre si e pouco constituídos organicamente, a AS-PTA investiu grandes esforços desde o início do ano para reconstituir suas condições de assessoria aos grupos de base. Isso significou a necessidade de reformulação do programa de formação que passou a trabalhar as temáticas técnicas de forma integrada nos dias de campo e intercâmbios entre agricultores-experimentadores. Essa perspectiva de integração temática racionalizou o emprego dos recursos humanos e financeiros da entidade, criando as condições para que ela mantivesse a assessoria aos grupos, ao mesmo tempo em que expandiu o programa de agrofloresta para um número maior de comunidades e municípios.

Simultaneamente ao trabalho desenvolvido junto aos grupos comunitários, a equipe deu continuidade e intensificou a articulação entre eles através do grupo regional de agrobiodiversidade, que incorpora representantes do conjunto dos grupos de base assessorados. A combinação dos níveis de trabalho nas comunidades e no plano regional permitiu intensificar a interatividade entre os grupos de base e, ao mesmo tempo, redefinir os conteúdos trabalhados no campo da agrobiodiversidade. Em particular, os grupos avaliaram a necessidade de diversificar as práticas de experimentação realizadas coletivamente, incorporando ações de resgate, avaliação, intercâmbio e produção de sementes de variedades de outras espécies cultivadas que não somente o milho e o feijão, inclusive de adubos verdes de inverno e de verão. Os trabalhos em torno a essas duas últimas espécies cultivadas vinham absorvendo grande parte do tempo que as famílias poderiam dispor para essas ações coletivas.

As discussões travadas com os grupos de base e com o grupo regional de agrobiodiversidade evidenciaram a necessidade de reorientação do enfoque metodológico com que vinha sendo trabalhado o manejo dos recursos genéticos. De um foco centrado em uma técnica de melhoramento genético muito exigente em acompanhamento e controle de variáveis e dependente de assessoria acadêmica permanente da Universidade Estadual de Londrina, passou-se a priorizar métodos voltados para aperfeiçoar as estratégias tradicionais de conservação e manejo das variedades cultivadas. Essa mudança de enfoque técnico-metodológico foi o que permitiu a ampliação do número de famílias integradas aos grupos comunitários de experimentadores e o número de espécies incorporadas às dinâmicas de experimentação local.

Essas discussões foram consolidadas no 18^o Encontro Regional de Experimentadores em Agrobiodiversidade, realizado em maio. Neste evento foram definidos novos encaminhamentos para os trabalhos em parceria entre a AS-PTA e os grupos comunitários. A programação então definida manteve a idéia da realização das feiras de sementes como eventos destinados ao encontro dos grupos e de intercâmbio de material genético e de conhecimentos. Duas feiras

microregionais foram realizadas no ano. A primeira em São Mateus do Sul foi integrada a um evento de dois dias para troca de experiências em biodiversidade, manejo dos solos e agrofloresta que envolveu representantes dos grupos de São Mateus, de São João do Triunfo, de Rio Azul, Mallet, Fernandes Pinheiro, Rebouças, Lapa, e São Mateus. A segunda foi realizada em Porto União e articulou os grupos dos municípios de União da Vitória, Cruz Machado, Bituruna, Porto Vitória, Irineópolis, Canoinhas e Três Barras.

A mudança de enfoque metodológico do trabalho com sementes, definido no evento regional, criou as condições para que as famílias pudessem ao mesmo tempo intensificar os trabalhos de seleção massal de milho e feijão e abrir novas linhas de ação correspondentes a campos de interesse das famílias. Entre elas: armazenamento e comercialização de sementes, produção de sementes de espécies de adubos verdes e resgate e avaliação de variedades de batata.

O conjunto do trabalho articulado e conduzido pelo grupo regional de agrobiodiversidade traduziu-se na realização de 135 dias de campo envolvendo aproximadamente 1000 famílias de 39 comunidades de 16 municípios. Esses eventos abordaram as temáticas da conservação, resgate, seleção e multiplicação de variedades de espécies cultivadas pela agricultura familiar. O trabalho das famílias alcançou resultados importantes: 23 variedades de milho crioulo melhoradas completaram o terceiro ciclo de melhoramento (dois anos para cada ciclo) e foram multiplicadas pelos agricultores. Através de processos de seleção massal, outras 65 variedades de milho foram melhoradas e cultivadas em campos coletivos. Esses campos de milho produziram 120 toneladas de sementes para uso próprio e comercialização pelos produtores. Além das sementes das variedades de milho, os grupos produziram e comercializaram 40 toneladas de sementes de feijão e 10 toneladas de sementes de arroz.

Ao fazer o balanço dos circuitos de comercialização das sementes, verificou-se que uma boa parte acabou sendo vendida como grãos, em que pese a grande demanda por esse tipo de insumo na região. Esse fato reiterou para o grupo regional o tema da comercialização das sementes e a necessidade de implementação de um sistema de informação sobre ofertas e demandas de sementes crioulas. Representantes dos grupos de experimentadores avaliam que um sistema dessa natureza poderá constituir um forte estímulo à ampliação da escala de produção de sementes, criando uma nova e segura perspectiva de renda para as famílias.

Simultaneamente à produção de sementes, deu-se continuidade às atividades de resgate e avaliação de variedades. No ano foram resgatadas oito novas variedades de milho crioulo, seis de feijão, seis variedades de arroz e vinte variedades de batata. Os campos de avaliação contemplaram 27 variedades de milho, 19 de feijão e 20 de batata. Várias características dessas variedades foram avaliadas, entre elas a produtividade, a adaptação aos solos e aos ambientes onde os ensaios foram implantados e a resposta a diferentes tipos de adubação orgânica associadas ao manejo ecológico dos solos.

Como já assinalado, as atividades de experimentação passaram a ser conduzidas em 2006 integrando as temáticas do manejo dos solos e do manejo da

agrobiodiversidade. Na prática, isso significou que os mesmos grupos de experimentadores na área de sementes passaram a avaliar também propostas inovadoras de manejo dos solos. Essa estratégia permitiu a rápida expansão da base social envolvida com o programa de solos. No ano foram instalados 300 campos de experimentação de adubos verdes de inverno e de verão. Para subsidiar esse trabalho foram produzidas duas cartilhas sobre o tema. Duzentas famílias organizadas em 23 grupos de experimentadores de 14 municípios avaliaram a aplicação do pó de basalto associado ao manejo dos adubos verdes em suas áreas de produção. Para viabilizar o acesso dos grupos de experimentadores ao basalto em forma pulverizada, foi constituída uma parceria com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) de União da Vitória para o desenvolvimento e construção de um protótipo de moinho de rocha. Esse protótipo revelou-se eficiente para o uso em escala comunitária para o processamento de um recurso natural amplamente disponível na região. Cento e dez famílias de dez grupos, em oito municípios, avaliaram a inoculação de bactérias fixadoras de nitrogênio em espécies de adubos verdes, feijão e soja.

O programa de solos deu continuidade às atividades de pesquisa e formação nas áreas de bioindicadores de qualidade dos solos. Essas atividades envolveram a formação sobre uso da fauna do solo e perfil cultural como indicadores da fertilidade de solos em processos de transição ecológica. Esse trabalho, que é realizado em parceria com a Universidade Estadual de Londrina e com a Embrapa Agrobiologia, vem alcançando crescente reconhecimento em meio às comunidades da região e no mundo acadêmico, tendo já sido apresentado em dois congressos científicos no Brasil. Em 2006, a equipe elaborou um artigo sobre o trabalho que já foi publicado em várias revistas internacionais em diferentes idiomas e na revista *Agriculturas*, editada pela AS-PTA.

Também fruto da reorientação do enfoque metodológico de assessoria aos grupos de experimentadores, o trabalho no campo do manejo agroflorestal ganhou novo impulso em 2006. Novos grupos organizados nos municípios de Palmeira, São João do Triunfo, Cruz Machado e Irineópolis manifestaram interesse em dar início a trabalhos de manejo florestal motivados pelos seguintes fatores: necessidade de recomposição de remanescentes florestais para se adequarem à nova legislação ambiental; demanda de produção de lenha para atender às necessidades desse insumo nas propriedades; valorização do potencial econômico da erva-mate nativa, em particular na conjuntura atual em que o produto vem sendo crescentemente valorizado nos mercados. As experiências dos grupos pioneiros de experimentadores em agrofloresta na região já demonstraram o potencial do cultivo dessa espécie de forma integrada aos remanescentes florestais e as vantagens comerciais de produção segundo esse sistema, bem como o potencial de valorização econômica de outras espécies florestais nativas, como frutíferas e ervas medicinais. Nos municípios do planalto norte de Santa Catarina, esse trabalho vem sendo motivado também pelo interesse das famílias em aprimorar o manejo que fazem nos sistemas *silvopastoris* tradicionais (denominados caívas) para criação de gado leiteiro.

A parceria da AS-PTA com o Ibama (Floresta Nacional de Três Barras) evoluiu no ano para questões mais concretas. Foram implantadas áreas de experimentação de sistemas agroflorestais na Flona com a participação de representantes dos

grupos de agricultores já envolvidos com iniciativas agrofloretais em suas comunidades. Inicialmente foi escolhido o manejo agroflorestral voltado à produção de erva-mate, em função da relevância econômica regional que tem para as famílias. Ao mesmo tempo, a parceria permitiu a incorporação de famílias de agricultores residentes no entorno da Flona e o envolvimento do Sintraf (Sindicato de Trabalhadores Rurais do Planalto Norte de Santa Catarina) e da Epagri (Empresa Estadual de Pesquisa e Extensão de Santa Catarina).

As redinamização dos processos de experimentação agroecológica foi também concebida de forma a mobilizar uma participação mais ativa das mulheres agricultoras. Essa perspectiva foi exercitada ao se introduzir no processo de experimentação e reflexão coletiva alguns temas motivadores do interesse das mulheres, tais como a gestão dos quintais, a produção de sementes de hortaliças, o manejo e uso das ervas medicinais. Um avanço na participação das mulheres nos eventos comunitários e regional já foi perceptível no ano. Essa questão permanece como um tema de atenção a ser trabalhado em conjunto com os grupos.

2) Atuação concentrada no município de Rio Azul

Em sua estratégia de retomada do trabalho junto às bases sociais, a AS-PTA havia definido em 2005 tomar o município de Rio Azul e a parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais como eixo de concentração de seu trabalho. Essa opção vinculou-se ao objetivo de desenvolver referenciais metodológicos para o fortalecimento do trabalho de promoção da agroecologia, tendo organizações de agricultores(as) como instrumento dinamizador de processos de reflexão e implementação do desenvolvimento local.

Tendo em vista o objetivo de dotar o sindicato de recursos financeiros para o desenvolvimento dos trabalhos e a construção de capacidades próprias de gestão administrativa e política, a AS-PTA apoiou em 2005 a elaboração de um projeto apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que foi finalmente aprovado em 2006.

Paralelamente à estratégia de mobilização de recursos financeiros, a AS-PTA deu continuidade ao seu trabalho de assessoria ao STR na condução de um diagnóstico sobre a realidade da agricultura familiar no município. O diagnóstico evidenciou particular subordinação econômica da maioria das famílias à cadeia produtiva do fumo, revelando a existência de um círculo vicioso de dependência tecnológica, degradação ambiental e da saúde humana e grave empobrecimento. Na constante busca de rendas para atender às suas necessidades básicas, as famílias aprofundam-se na economia fumageira, fragilizando a segurança alimentar, na medida em que abandonam por completo a diversidade de seus cultivos, mesmo os voltados ao auto-consumo, como as hortas caseiras e a criação de pequenos animais.

A assessoria da AS-PTA ao sindicato se faz no sentido de demonstrar na prática a alternativa agroecológica como estratégia para romper o círculo vicioso de pobreza e degradação ambiental associado ao cultivo do tabaco. Os grupos de experimentação agroecológica constituídos nas comunidades do município têm

revelado grande sensibilidade para construir coletivamente alternativas econômicas geradoras de autonomia e estabilidade para as famílias.

Essa experiência acumulada no município criou as condições objetivas para vincular o trabalho de experimentação técnica ao debate político sobre modelos de desenvolvimento. Ao antepor as iniciativas inovadoras de produção agroecológica ao padrão produtivo do agronegócio do fumo, os grupos de base vêm adquirindo maior consciência sobre o papel negativo que a orientação das políticas públicas exerce sobre a sustentabilidade da agricultura familiar.

3) Parcerias e articulações regionais

O ano de 2006 foi particularmente positivo no que se refere à reinserção do programa local da AS-PTA nas redes e articulações do campo agroecológico no sul do Brasil. Essa reinserção foi favorecida pela existência de uma agenda de debates sobre alguns temas de interesse imediato dos grupos de agricultores assessorados pela AS-PTA. Cabe ressaltar particularmente os temas da certificação e da comercialização de alimentos ecológicos por meio da Rede Ecovida de Agroecologia, uma articulação que envolve núcleos de produtores e entidades de assessoria dos três estados do sul do país.

A aproximação da AS-PTA com a Rede Ecovida aporta ao trabalho regional novas perspectivas para o enfrentamento da questão do acesso aos mercados pelos grupos envolvidos na produção agroecológica. Ao mesmo tempo, ela desperta forte expectativa na própria Rede, em função da experiência acumulada pela AS-PTA no trabalho junto a famílias que vivenciam processos de transição agroecológica. Essa contribuição da AS-PTA poderá ajudar a Rede a superar suas atuais dificuldades no sentido de ampliar sua abrangência para além dos grupos de agricultores ecologistas já consolidados.

Após o II ENA, houve uma reunião de organizações e movimentos do sul do Brasil que participaram ativamente do evento nacional. O objetivo foi avaliar o sentido e a oportunidade de criar uma instância de articulação regional (ANA-Sul) que pudesse fazer convergir as dinâmicas sociais de promoção da agroecologia existentes nos três estados sulinos. A AS-PTA se fez representar nessa reunião fortalecendo essa perspectiva de busca de convergências e de ações comuns entre os movimentos e redes da região. Até o final de 2006 essa iniciativa não havia produzido maiores efeitos práticos, na medida em que as programações dos movimentos e redes permaneceram sendo realizadas de forma independente umas das outras, sem a busca de sinergias. A AS-PTA continuará atuando nesse espaço de forma a estimular a articulação da ANA-Sul em torno a alguns temas que possuam a capacidade polarizadora do conjunto.

4) Perspectivas para 2007

Do ponto de vista da experimentação agroecológica, o programa local coloca como desafio o fortalecimento da integração entre os eixos temáticos que organizam o trabalho dos membros da equipe da entidade. Na prática, isso significa a necessidade de ampliar o número e o tamanho dos grupos de

experimentadores, intensificando o trabalho de resgate e conservação das espécies e variedades cultivadas.

Do ponto de vista político, a evolução do programa indica a necessidade de analisar as experimentações realizadas com os grupos de base sob o ponto de vista do modelo de desenvolvimento, particularmente ao explicitar as contradições existentes entre os caminhos de viabilização econômica da agricultura familiar pela agroecologia ou pelos padrões e valores do agronegócio.

O desafio de fortalecer atores organicamente constituídos na promoção da agroecologia permanece como forte ponto de atenção para 2007. Para atuar nessa perspectiva, esses atores deverão ser capazes de vincular os processos de base ao debate organizado em torno das alternativas de desenvolvimento. Tanto por suas limitações quanto por seus avanços, a experiência adquirida em 2006 na parceria com o STR de Rio Azul fornece subsídios para a AS-PTA tecer relações com outros sindicatos e organizações da região.

III. Programa de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro

O programa de agricultura urbana tem alcançado crescente enraizamento em sua principal área de atuação, a zona oeste do Rio de Janeiro. Em 2006, 180 famílias participaram diretamente das atividades desenvolvidas, daí excluídos os efeitos indiretos gerados pelas próprias dinâmicas comunitárias. O programa vem também conseguindo produzir referências conceituais e metodológicas para subsidiar iniciativas empreendidas em outros contextos sócio-ambientais.

Ao finalizar o ano de 2005, o programa alinhou alguns desafios principais para enfrentamento no próximo período: intensificar o manejo dos quintais pelas famílias nos níveis local e regional, sobretudo através do intercâmbio de experiências e da experimentação comunitária; integrar e fortalecer redes de promoção da agricultura urbana; sistematizar as experiências, organizar e difundir os conhecimentos desenvolvidos pelo programa, associando ao mesmo tempo os parceiros locais a um esforço permanente de pesquisa e reflexão sobre a realidade sócio-econômica e ambiental das comunidades envolvidas.

Nos níveis comunitário e inter-comunitário, as atividades de formação e experimentação mantiveram-se orientadas para a disseminação das práticas de manejo dos quintais a um número crescente de famílias. Ao mesmo tempo, procurou-se aprimorar nelas as capacidades para intensificar o uso produtivo dos quintais domésticos e de áreas comunitárias. Deste ponto de vista, cabe destacar a realização de um esforço sistemático e continuado de formação e experimentação, que envolveu 30 famílias nas comunidades de Jardim Guaratiba e Praia da Brisa. Nessas comunidades foram programadas visitas de intercâmbio aos quintais de moradores, reuniões para troca de experiências e aprendizado mútuo. Foram igualmente realizados mutirões de trabalho em áreas familiares e de gestão comunitária, resultando desse conjunto de iniciativas a melhor qualificação das pessoas para o uso de seus quintais ou de outros pequenos

espaços disponíveis, iniciativas para o uso de áreas coletivas e a incorporação de novas famílias à prática da agricultura urbana.

Além de iniciativas visando à intensificação produtiva na escala intra-comunitária, ocorreram atividades que mobilizaram moradores de diferentes comunidades do município do Rio de Janeiro e também de outras regiões do estado. Nessa escala, podem ser referidas as seguintes atividades principais:

- a realização de 4 oficinas sobre aproveitamento integral de alimentos e remédios caseiros e 10 mutirões de aprimoramento de práticas da agricultura urbana destinados às líderes da Pastoral da Criança de 17 comunidades da zona oeste do município. O trabalho de formação e de experimentação junto às líderes da Pastoral tem resultado em maior efetividade e capilarização do estímulo às famílias nas comunidades para o cultivo dos quintais com alimentos e plantas medicinais;
- a organização de um curso de formação sobre a constituição e gestão de bancos de sementes caseiros e comunitários, envolvendo em torno de 30 moradores de diferentes comunidades. Reunindo pessoas conhecidas e de referência nas comunidades, o curso visou a valorizar o aprendizado e os resultados positivos das iniciativas já em curso e fomentar a organização de novos bancos, como estruturas simples e eficientes para o enfrentamento da carência de sementes e mudas de boa qualidade e para o incremento da biodiversidade dos quintais domésticos e coletivos;
- envolvendo aproximadamente 180 pessoas, foram realizados dois encontros de compartilhamento de conhecimentos com grupos comunitários associados à Rede Fitovida, organizados em torno aos temas da alimentação alternativa e do reconhecimento das propriedades das plantas medicinais. Os eventos deram lugar não apenas ao intercâmbio de experiências e saberes, como também a uma ampla troca de material propagativo – sementes e mudas – levadas pelas famílias participantes;
- grupos populares de saúde alternativa constituídos em outros municípios do estado foram acolhidos em visitas de intercâmbio a grupos de agricultores urbanos da zona oeste do Rio de Janeiro. Essas visitas permitiram que os grupos, tanto os visitantes quanto os visitados, evoluíssem em seus conhecimentos, entrando em contato com distintos enfoques e práticas de cultivo urbano e fortalecessem sua ação através de redes locais, uma vez que vêm seus trabalhos reconhecidos por outras pessoas.

Dando continuidade às orientações dos anos anteriores, uma das principais linhas de ação do programa de agricultura urbana, em 2006, foi o apoio às organizações sociais locais, de modo a que elas constituam capacidades próprias para assumir em suas agendas e ações a promoção da agricultura urbana nas comunidades. Nesse âmbito, o programa da AS-PTA manteve ativas parcerias em diferentes espaços, como o fórum de articulação da Pastoral da Criança, que reúne o conjunto das líderes da zona oeste; a Rede Fitovida, tanto na região metropolitana como no plano estadual; as associações locais da comunidade Loteamento Ana Gonzaga e a organização Verdejar Proteção Ambiental e

Humanismo, com atuação na região da Serra da Misericórdia, zona norte do Rio de Janeiro.

Atuando como ponto de convergência de múltiplas iniciativas, representantes do conjunto das organizações locais com as quais o programa de agricultura urbana mantém relações de apoio e cooperação reuniram-se no mês de dezembro no Encontro de Promoção da Agricultura Urbana. Nessa oportunidade, 40 lideranças comunitárias de diferentes lugares puderam constatar o rápido crescimento do número de organizações locais que incorporam em suas pautas iniciativas de agricultura urbana. Ao mesmo tempo, puderam interagir com grupos originários de realidades peculiares que, apesar de se referirem a uma problemática comum, são portadores de grande diversidade de experiências, estratégias e métodos de atuação.

Um outro campo de parcerias e apoio mútuo com outras organizações efetivou-se através da articulação no plano estadual com diversas experiências do “campo agroecológico”, tendo como horizonte imediato a participação no processo preparatório e na realização do II Encontro Nacional de Agroecologia. O programa de agricultura urbana esteve ativo na organização, no mês de maio, do Encontro Estadual de Agroecologia, do qual participaram 108 representantes de experiências agroecológicas de todas as regiões do estado. No mês de junho, 50 pessoas compuseram a delegação do estado do Rio ao II ENA. Do Encontro Estadual participaram 20 praticantes da agricultura urbana da cidade do Rio de Janeiro e de outros municípios. Já no II ENA, estavam presentes 8 moradores que desenvolvem práticas de agricultura urbana. Aproveitando a oportunidade da viagem ao Nordeste, eles participaram também de duas visitas de intercâmbio: uma delas, ao Centro Nordestino de Medicina Popular, em Olinda (PE); a outra, a comunidades de agricultores familiares do agreste paraibano para conhecer práticas de manejo de quintais voltadas para a preservação da saúde e da segurança alimentar das famílias.

No plano da geração de conhecimentos sobre o contexto em que atua, o programa iniciou, em 2006, o diagnóstico das iniciativas de agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro. Realizado no quadro da programação própria do programa, a implementação do diagnóstico, a ser concluído em 2007, foi potencializada pela associação à pesquisa nacional sobre agricultura urbana e periurbana coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Além desse estudo, dois outros diagnósticos foram programados para realização no próximo período: o primeiro, sobre o papel das práticas de agricultura urbana nas estratégias de segurança alimentar e nutricional das famílias; o segundo, terá como foco a origem das plantas medicinais utilizadas pelos grupos comunitários de saúde alternativa articulados na Rede Fitovida.

As sistematizações de experiências e a elaboração de materiais de comunicação foram priorizadas durante o ano de 2006, tendo sido realizadas em articulação com dinâmicas de formação e experimentação. Por ocasião de distintos eventos ocorridos em escala local, regional e nacional, muitas iniciativas de agricultura urbana foram identificadas e sistematizadas e puderam ser apresentadas em sessões de grupos de discussão e em feiras de produtos e experiências. Foram confeccionados quatro *banners* sobre experiências de agricultura urbana,

utilizados nos referidos encontros pelos moradores para apresentar suas experiências, tornando-as conhecidas por um público maior. O programa de agricultura urbana produziu dois textos que foram apresentados e debatidos no II ENA, um sobre a Rede Fitovida e outro sobre a promoção da agroecologia na cidade. Essas sistematizações permitiram que os acúmulos do programa pudessem ser conhecidos por outras pessoas e organizações com atuação em outros contextos socioambientais, cumprindo o objetivo de socializar reflexões e gerar referências conceituais e metodológicas.

Ainda na área da sistematização de experiências foram elaborados 11 boletins informativos sobre experiências de grupos da Rede Fitovida na região metropolitana. Esses boletins foram utilizados nos encontros, reuniões e visitas de intercâmbio, sendo reproduzidos livremente pelos grupos. No final do ano, foi editado um calendário 2007 da Rede Fitovida da região metropolitana.

A experiência e os conhecimentos acumulados pelo programa de agricultura urbana têm despertado interesse e o reconhecimento em distintos fóruns de debate. Em 2006, membros da equipe do programa apresentaram e discutiram a experiência do programa da AS-PTA em um seminário organizado pela UFRRJ. Da mesma forma, participaram de uma oficina sobre conhecimentos tradicionais de uso de plantas, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente.

Alguns desafios apontados para 2007:

- o monitoramento das ações do programa e das práticas de agricultura urbana em meio às famílias e grupos comunitários;
- o desenvolvimento do conhecimento sobre os seguintes temas específicos, através da continuidade ou início da implementação dos diagnósticos: iniciativas de agricultura urbana e periurbana no município do Rio de Janeiro; origem das plantas medicinais utilizadas por grupos comunitários; o papel do manejo dos quintais na segurança alimentar e nutricional das famílias;
- o fortalecimento e interação entre redes locais e regionais de promoção da agricultura na cidade.

IV. Programas Transversais

IV.1. Programa de Desenvolvimento Metodológico

As ações do programa estiveram direta ou indiretamente vinculadas a quatro eixos estratégicos principais. São eles:

1. Fortalecimento da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), em particular na concepção, organização e/ou realização de eventos estaduais, regionais e nacional relacionados ao tema da construção do conhecimento agroecológico e na concepção e produção de instrumentos de circulação de informações sobre experiências em agroecologia no plano nacional;

2. Assessoria ao processo de formação de ONGs do Nordeste e de técnicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no plano metodológico;
3. Fortalecimento da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) como instância de articulação do campo científico-acadêmico envolvido na pesquisa, ensino e extensão em Agroecologia e,
4. Apoio à institucionalização do enfoque agroecológico na Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

1) Fortalecimento da ANA

O II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA), realizado em junho de 2006, polarizou fortemente as ações do programa durante o primeiro semestre. Tendo se mantido na coordenação de dois grupos de trabalho da ANA diretamente relacionados ao tema das metodologias de trabalho (o GT – Construção do Conhecimento Agroecológico e o GT- Informação), a AS-PTA exerceu grande influência na concepção, coordenação e execução de processos e produtos convergentes ao II ENA.

No âmbito do GT-CCA foi realizado um conjunto de 12 sistematizações de experiências sobre métodos de construção do conhecimento agroecológico (práticas participativas de pesquisa e extensão em agroecologia). Essas sistematizações foram elaboradas com base em um termo de referência produzido pela AS-PTA e pelo CTA-ZM e recobriram vasta diversidade temática e geográfica (entidades atuantes em quatro regiões do Brasil). As experiências sistematizadas foram apresentadas no seminário sobre CCA realizado no II ENA, que reuniu por volta de quatrocentas pessoas, entre agricultores(as), técnicos(as) de ONGs, pesquisadores(as), educadores(as) e estudantes. Uma síntese crítica do conjunto das sistematizações foi elaborada previamente ao seminário e foi apresentada como subsídio aos debates que se realizaram na plenária do evento.

Definiu-se como desdobramento do seminário a continuidade dos processos de sistematização e intercâmbio das práticas metodológicas empregadas pelas entidades de assessoria agroecológica. Esses processos deverão se dar de forma descentralizada a partir das iniciativas das redes regionais do campo agroecológico articuladas à ANA. O GT-CCA da ANA deverá planejar formas de articulação entre essas iniciativas que já vêm sendo desencadeadas em algumas regiões e estados, notadamente no Nordeste (articuladas pela Rede ATER-NE e assessorada pela AS-PTA), o Norte (articulada pelo GTNA – Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia) e o estado de Minas Gerais (articulada pela AMA - Articulação Mineira de Agroecologia).

O material resultante desse processo (12 sistematizações + síntese do conjunto + resumo do seminário) está sendo reunido e editado para compor uma publicação que deverá ser lançada no primeiro semestre de 2007. A AS-PTA, como coordenadora do GT-CCA, vem se encarregando da edição dessa publicação.

Outra iniciativa articulada pela AS-PTA no II ENA foi a Oficina sobre Pesquisa em Agroecologia. Esse evento contou com a participação de cerca de 150 profissionais de pesquisa de empresas oficiais, universidades e ONGs. Apesar de

ser uma oficina de curta duração (uma tarde), o espaço foi fundamental para afirmar, junto às organizações da sociedade civil, a ABA-Agroecologia como instância articuladora estratégica do campo acadêmico envolvido na ciência agroecológica (ver mais no tópico dedicado à ABA mais abaixo). Como desdobramento do evento, definiu-se a realização de um seminário sobre pesquisa em agroecologia articulado ao IV Congresso Brasileiro de Agroecologia (IV CBA), originalmente programado para outubro de 2006, mas efetivamente realizado em novembro, em Belo Horizonte. Assim como o seminário sobre construção do conhecimento agroecológico no II ENA, propusemos que o seminário de pesquisa no IV CBA deveria ser conduzido a partir da apresentação de experiências concretas previamente sistematizadas.

Também no curso do processo preparatório do II ENA, a AS-PTA, por meio do GT-Info, concebeu e coordenou a elaboração de alguns instrumentos destinados a intensificar os fluxos de informação entre redes regionais articuladas à ANA. São eles:

- Mapa das Expressões da Agroecologia – Ferramenta construída coletivamente e de forma descentralizada que tem por propósito sintetizar visualmente um conjunto de informações sobre o campo agroecológico no plano nacional, chamando a atenção para a sua distribuição geográfica, sua diversidade temática e sócio-cultural. Por meio do mapa pode-se ter uma boa noção da evolução do campo agroecológico no país, evidenciando também a existência de um forte sentido de identidade presente no conjunto diverso de iniciativas existentes.

Para a elaboração do mapa, desencadeou-se um mutirão para identificação de experiências em todas as regiões do país com base em uma ficha proposta pela AS-PTA. Como resultado, foram identificadas 1023 experiências das quais foram sintetizadas um conjunto de informações relacionadas à localização, temas mobilizadores, identidades socioculturais dos produtores(as) envolvidos etc. Essas informações foram organizadas na forma de mapas e gráficos que foram apresentadas de várias formas (painéis, data show, impressos) durante o II ENA.

Após o II ENA, o GT-Info definiu pela continuidade da produção do mapa, que deverá ser assumido como um banco de dados ativo a ser alimentado de forma descentralizada.

- Vídeo Expressões da Agroecologia – Teve como função dar visibilidade ao processo de construção do campo agroecológico no Brasil a partir de depoimentos de agricultores e agricultoras de todas as regiões do país. A AS-PTA produziu o argumento e o termo de referência do vídeo. O vídeo foi produzido entre os meses de novembro de 2005 e junho de 2006 e foi apresentado na plenária “Construção da Agroecologia” do II ENA.

Além do vídeo “Expressões das Agroecologia”, a AS-PTA também dedicou esforços para a concepção e coordenação da produção do vídeo documentário do II ENA. Ambos os vídeos estão sendo reproduzidos para serem remetidos a todos os participantes do evento para que sejam

empregados como materiais de subsídio a debates sobre o avanço da Agroecologia nas diferentes regiões do país.

- Página da ANA (www.agroecologia.org.br) – A AS-PTA encarregou-se de coordenar a elaboração e a alimentação da página eletrônica da ANA, um espaço virtual destinado a concentrar informações e notícias sobre a preparação do II ENA, sobre o próprio evento, e sobre as atividades dos diferentes GTs da ANA.

Além da atuação vinculada aos GTs Info e CCA, a AS-PTA esteve presente em encontros estaduais preparatórios do II ENA apresentando, por meio de palestras, aspectos relacionados às abordagens metodológicas para construção do conhecimento agroecológico, em particular o papel destacado das redes de agricultores-experimentadores na construção do movimento agroecológico. Essas participações tiveram lugar no Piauí, na Bahia e no Rio de Janeiro.

2) Assessoria a processos de formação metodológica a ONGs e técnicos de movimentos sociais

Dando continuidade ao processo iniciado em 2005 voltado a favorecer o intercâmbio no plano metodológico entre entidades vinculadas à Rede ATER-NE, a AS-PTA concebeu e coordenou o terceiro módulo de formação para técnicos das ONGs. O evento foi realizado em Lagoa Seca-PB, em abril de 2006, e orientou-se para o debate sobre métodos de extensão agroecológica fundamentados em dinâmicas de agricultor a agricultor. As experiências assessoradas pela AS-PTA na Paraíba foram visitadas pelos técnicos participantes do curso como subsídio aos debates realizados. Participaram do evento cerca de 60 técnicos das 13 entidades vinculadas à Rede Ater-NE.

Face à avaliação positiva do processo de formação por todas as entidades integradas à Rede, há uma deliberação de dar-se continuidade aos intercâmbios com assessoria metodológica da AS-PTA. Um próximo evento está sendo agendado para o segundo semestre de 2007 e deverá ser realizado no Ceará.

Com efeito, percebe-se um impacto significativo do processo de formação sobre as concepções e práticas de várias entidades articuladas à Rede. No geral, os técnicos alegam um efeito positivo da incorporação dos métodos para análise sistêmica exercitados durante os módulos de formação em suas práticas cotidianas de promoção da agroecologia junto a comunidades rurais nas respectivas áreas de atuação.

O processo de formação em agroecologia para técnicos do MST – Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra - iniciado no ano de 2005, com um curso nacional ministrado pela AS-PTA, teve continuidade durante o período por meio de quatro cursos regionais realizados no Rio Grande do Sul (para os técnicos da região Sul), no Espírito Santo (técnicos do Sudeste), na Paraíba (técnicos do Nordeste) e em Belém (técnicos do Norte). Embora a AS-PTA não estivesse diretamente envolvida na condução desses eventos (que foram assessorados por técnicos locais), atuou na concepção metodológica dos mesmos. O terceiro módulo do processo formativo ocorreu em novembro de 2006, em Lagoa Seca-

PB. A atividade contou com a participação de cerca de 50 técnicos do MST de estados de todas as regiões do país. A semelhança da atividade realizada com os técnicos das ONGs vinculadas à Rede Ater-NE, as experiências acumuladas pelas redes de inovação agroecológica coordenadas pelo Pólo Sindical e assessoradas pela AS-PTA foram objeto de debate após visitação.

Embora o MST tenha tomado essa importante iniciativa de estabelecer um processo de formação para que seus técnicos desenvolvam melhores capacidades para a promoção da agroecologia nos assentamentos e acampamentos em que atuam, a AS-PTA avalia que a abordagem pedagógica adotada não foi adequada a esse objetivo. A entidade defendeu uma outra forma de organizar o processo de formação baseado em dois princípios: realizar um processo de formação continuado e em módulos, assim como vem sendo realizado com sucesso no âmbito da Rede Ater-NE; regionalizar os processos de formação de forma a permitir baixar os custos operacionais, aumentar o número de técnicos e melhor vincular os conteúdos dos debates com as experiências concretas. A continuidade da assessoria da AS-PTA ao MST deverá ser objeto de debate em 2007.

3) Fortalecimento da ABA-Agroecologia

A criação da Associação Brasileira de Agroecologia em 2005 abriu uma excelente perspectiva para a articulação do campo científico-acadêmico envolvido na Agroecologia no Brasil. A AS-PTA vem atuando ativamente no apoio à criação de laços de aproximação entre a ABA e a ANA. Para facilitar essa aproximação, o coordenador do programa de métodos assumiu a função de vice-presidente da ABA e vem participando ativamente dos espaços de construção política e metodológica da Associação.

A AS-PTA vem defendendo que a associação deve jogar um papel ativo na criação de processos de identificação, sistematização e intercâmbio de experiências metodológicas de ensino, pesquisa e extensão que sejam capazes de mobilizar profissionais das instituições oficiais. Até o momento, porém, a ABA não reuniu as condições financeiras e organizativas necessárias para estabelecer processos permanentes de debate e ação política sobre a institucionalização do enfoque agroecológico nas instituições de pesquisa, ensino e extensão.

Por sugestão e com a participação ativa da AS-PTA, a diretoria da ABA-Agroecologia desenvolveu um planejamento estratégico para que esses processos sejam desencadeados a partir de 2007.

A entidade propôs a realização de um seminário sobre construção do conhecimento agroecológico semelhante ao que foi realizado durante o II ENA por ocasião do V Congresso Brasileiro de Agroecologia que será realizado no segundo semestre de 2007.

4) Apoio à institucionalização do enfoque agroecológico na Embrapa

Em 2006 a AS-PTA atuou incisivamente no apoio à iniciativa da nova diretoria da Embrapa visando a desencadear um processo interno de reflexões com vistas à

definição de uma posição oficial da instituição sobre suas políticas para a investigação agroecológica.

Contrariamente à postura verticalista da diretoria anterior, substituída no início de 2005, a nova direção procurou desenvolver o processo de institucionalização do enfoque agroecológico a partir da valorização das iniciativas já existentes, mesmo que de forma isolada entre si, na própria Embrapa. Esse processo, tal como a AS-PTA vinha sugerindo no âmbito do Conselho Assessor Externo daquela instituição, desde 2003, teve início com a identificação das iniciativas já existentes. Representantes dessas iniciativas foram reunidos em Brasília, em outubro de 2005, em seminário destinado a analisar o conjunto das iniciativas identificadas e definir uma estratégia para articulá-las entre si de forma a abrir caminho para que o enfoque agroecológico avance na empresa. A AS-PTA participou no seminário, tendo sugerido um conjunto de medidas a serem implementadas nos curto e médio prazos.

Um grupo de trabalho de Agroecologia na Embrapa responsável por encaminhar as deliberações tiradas no seminário foi constituído. Entre essas deliberações destacamos a elaboração de um documento oficial da Embrapa referenciador do enfoque em agroecologia da empresa, o estabelecimento de um processo de formação para nivelamento conceitual e metodológico em agroecologia e o lançamento de um edital para pesquisas em agroecologia.

A AS-PTA participou dessas três iniciativas, tendo sugerido conteúdos e métodos para elas. Além de contribuir na crítica às primeiras versões do Marco Referencial em Agroecologia, a AS-PTA foi convidada a elaborar o prefácio do documento lançado oficialmente em novembro de 2006, durante o IV Congresso Brasileiro de Agroecologia. A entidade atuou também como monitora do curso nacional de nivelamento conceitual e metodológico realizado em agosto de 2006, em Campinas-SP. Finalmente, sugeriu a alocação de recursos para a sistematização e reflexão das experiências de pesquisa em agroecologia no edital para financiamento que será lançado.

Embora um grande avanço possa ser registrado no período, a continuidade do processo na Embrapa dependerá muito das orientações da nova diretoria que assumirá a partir do início de 2007, com a instalação do segundo governo Lula.

IV.2. Programa de Políticas Públicas

No ano de 2006, o programa de políticas públicas teve como focos principais os temas da biossegurança (através da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos), do crédito para a transição agroecológica, da pesquisa agrícola, da conservação da biodiversidade e da integração das políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento local.

1) Transgênicos

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) iniciou seus trabalhos em janeiro de 2006, contando com apenas 6 titulares e 6 suplentes que se identificam como “biovigilantes”, em um total de 27 membros. Este grupo, metade do qual indicado pela sociedade civil articulada na Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, reúne-se regularmente um dia antes das sessões mensais da CTNBio junto com um grupo de apoio de ativistas da Campanha.

O grupo de apoio, coordenado pela AS-PTA, discute com os membros da CTNBio as estratégias de enfrentamento do lobby pró-transgênicos na Comissão e reúne informações técnico/científicas para sustentar as críticas à liberação indiscriminada dos transgênicos.

Apesar da ampla maioria pró-transgênicos na CTNBio e as fortes pressões do lobby das empresas sobre o governo e via mídia, os biovigilantes vêm obrigando a Comissão a discutir a sério a sua função e impedindo liberações comerciais de transgênicos. A Campanha ganhou um forte aliado com a decisão do Ministério Público Federal de designar um observador para a CTNBio que verifique a legalidade dos seus procedimentos.

A luta da Campanha pela biovigilância passou a ser a cobrança de debates de conteúdo científico na CTNBio, obrigando os defensores irrestritos dos transgênicos a se exporem com argumentos que têm se mostrado insuficientes e de caráter marcadamente ideológico. Não é uma batalha fácil e ainda não se conseguiu, por exemplo, que a Comissão estabeleça uma normativa para a avaliação dos riscos para a saúde e para o meio ambiente que oriente os pareceristas e os próprios membros. Sem isto, toda liberação de transgênicos fica ao sabor da subjetividade de cada cientista participante e a mercê do viés específico de cada especialidade. A Campanha, com o apoio do Ministério Público, está exigindo que esta normativa seja definida antes de qualquer liberação comercial, tal como se deu em todos os países do mundo, inclusive os Estados Unidos, onde foram debatidos por quase 4 anos os critérios de avaliação de risco, optando-se finalmente pelo critério da “equivalência substancial”, que praticamente anula qualquer avaliação de risco. A maioria da comissão não quer fazer essa discussão, pois pode ficar enredada no arsenal de críticas que a minoria já mostrou ser capaz de produzir, com forte densidade de argumentos científicos.

A transparência dos debates e resoluções da Comissão é outro objeto de pressão e disputa constante, já que a maioria pró-transgênicos não quer saber de expor ao público a precariedade de seus argumentos. Frequentemente, só ameaças de processos na justiça ou demandas de parlamentares permitem o acesso a informações que deveriam ser abertas. A exposição das fragilidades do lobby das empresas fica prejudicada também pela cumplicidade flagrante da mídia, que se recusa a levar os argumentos contrários para o público.

Um ponto fraco da Campanha tem sido o controle do uso ilegal dos transgênicos e de sua rotulagem para informação dos consumidores. Está se repetindo, com a omissão criminoso do governo, a estratégia da contaminação usada para impor a

liberação da soja transgênica. Agora são o algodão e o milho que estão sendo cultivados ilegalmente com sementes contrabandeadas da Argentina. A Campanha não conseguiu responsabilizar legalmente o governo pela omissão de controle, e o uso de transgênicos clandestinos vai se espalhando pouco a pouco.

2) Crédito

Os anos 2005 e 2006 não foram dos mais promissores para o financiamento da agricultura familiar, apesar de o governo ter ampliado os recursos do crédito Pronaf para até 9 bilhões de reais. As normativas do Pronaf foram discutidas com as organizações da ANA, mas não poucos problemas foram constatados pelas experiências sistematizadas no quadro da preparação do II ENA. Entretanto, os problemas maiores não se encontram nas normativas do Pronaf, mas no comportamento das agências financeiras executoras da política de crédito, notadamente o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia. As agências nos municípios desconhecem ou não confiam nas modalidades de projetos de crédito que destoam dos paradigmas convencionais e criam todo tipo de dificuldades para liberar recursos que não sejam dirigidos à compra de insumos químicos.

Essa orientação das despesas financiadas pelo crédito, combinada com o aumento de oferta de crédito e facilidades de acesso gerou uma maior dependência da agricultura familiar em relação aos insumos químicos caros e arriscados, além de produzirem efeitos negativos no meio ambiente e à saúde dos produtores. O nível de endividamento subiu a níveis nunca atingidos anteriormente e a falência das famílias inadimplentes só foi evitada pela política de seguro adotada pelo governo que cobriu parte das perdas.

Em 2006, o programa tentou desenvolver um sistema de elaboração participativa dos projetos Pronaf Agroecologia e Pronaf Semi-Árido, mas encontrou uma virtual impossibilidade no uso das planilhas elaboradas pelos bancos oficiais. Os testes realizados com agricultores, no Paraná e na Paraíba, resultaram em investimentos de hora técnica tão elevados que não permitiriam a elaboração de projetos na escala das possibilidades dos agricultores familiares agroecológicos. Além disso, a concepção das planilhas aponta para outra virtual impossibilidade, isto é, a expressão da diversidade de situações que ocorrem nos sistemas agroecológicos. As planilhas insistem em definir projetos de crédito por produto enquanto os projetos da agroecologia são de tipo sistêmico, envolvendo vários produtos, tanto para o mercado como para o consumo da família ou mesmo para a produção de insumos utilizados no processo produtivo.

Os debates sobre crédito travados durante o II ENA permitiram a formulação de críticas embasadas nas muitas experiências sistematizadas e apresentadas e que foram discutidas com representantes dos Bancos do Brasil e do Nordeste, além de representantes do Pronaf. Uma agenda de negociações foi estabelecida com o governo para o início de 2007, visando à introdução de ajustes no Pronaf e na operacionalização do crédito.

A questão do seguro agrícola continuou sendo um problema não resolvido, já que o Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade da ANA rejeitou a possibilidade de

cadastro no Registro Nacional de Sementes (RenaseM), pois as adaptações aceitas pelo Ministério da Agricultura não foram suficientes para comportar a especificidade das sementes crioulas.

O problema foi adiado através de uma resolução do Conselho Monetário Nacional (órgão regulador das operações de seguro) ao aceitar uma exceção das sementes crioulas para a safra 2006/2007, mas será necessário se chegar a uma proposta que resolva a questão básica: como identificar as sementes crioulas? Quais os descritores que permitem distingui-las? Os debates no II ENA permitiram avançar na identificação do problema, mas ainda não sobre quais as possíveis soluções.

3) Pesquisa agrícola

Desde sua constituição em 1983, a AS-PTA atua incisivamente no sentido de influenciar a pesquisa agrícola oficial. Pode-se afirmar sem erros que o período coberto por esse relatório foi aquele em que se verificaram maiores avanços nesse campo.

A demissão do Presidente da Embrapa, Clayton Campagnola, em 2005, deu-nos a impressão de que o espaço da agroecologia estava se fechando na empresa de pesquisa; mas a nova diretoria não só abriu mais espaços para esse paradigma de desenvolvimento e do conhecimento científico, como o formalizou com a criação de um Grupo de Trabalho que teve por missão elaborar um marco referencial teórico para a pesquisa em agroecologia. A AS-PTA e outras entidades da ANA participaram desse esforço que resultou em um documento que introduziu oficialmente na Embrapa essa linha de pesquisa, em maio de 2006. O texto final expressou o resultado de um consenso entre quase 400 pesquisadores, cujo trabalho se fundamenta no paradigma agroecológico. Os esforços realizados já há mais de dez anos pela AS-PTA foram explicitamente reconhecidos no documento referencial da Embrapa, em particular na seção dedicada aos antecedentes do debate sobre agroecologia naquela instituição (ver mais a respeito no item dedicado ao Programa de Desenvolvimento Metodológico).

A AS-PTA participou de duas mesas redondas no Congresso Brasileiro de Agroecologia, que reuniu cerca de 1000 participantes, sobretudo técnicos, professores, estudantes e pesquisadores. A entidade abriu o debate com os pesquisadores sobre a questão dos métodos de pesquisa em agroecologia e da relação entre a pesquisa e os processos de desenvolvimento local.

4) Apoio ao desenvolvimento local

A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou em 2005 um programa de agroecologia, ao mesmo tempo em que formalizou a existência de um Fórum de Agroecologia que deveria orientá-lo. O programa, na verdade, não era mais do que uma agregação, no papel, de muitas iniciativas de financiamento da SAF e de outras secretarias do MDA que tinham, em algum nível, intercessões com as orientações da agroecologia. Assim, foram incluídos no programa de agroecologia parte do Programa de Capacitação,

do Programa de ATER, do Programa de Formação de Técnicos, do Programa de Crédito, do Programa de Agroindustrialização e até do Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento do Ministério da Agricultura (Conab), sobre o qual o Fórum não tem qualquer governabilidade.

Várias entidades da ANA participaram desse Fórum, inclusive a AS-PTA. Segundo o coordenador do programa na SAF, o programa foi criado como uma reação ao debate proposto pela AS-PTA no Conselho de Desenvolvimento Rural (Condraf) sobre a dispersão das políticas de apoio ao desenvolvimento agroecológico. Apesar da boa intenção, o programa não logrou superar a dispersão preexistente. Apenas chegou a relacionar as políticas em uma estrutura formal que, na prática, só existiu no papel.

O financiamento governamental de programas de desenvolvimento local agroecológico (ou qualquer outro tipo de desenvolvimento) continuou sendo feito, em 2006, através de projetos de duração anual, o que, em nossa concepção, inviabiliza qualquer estratégia de desenvolvimento participativo e agroecológico. Por outro lado, a fragmentação das políticas em múltiplos programas temáticos obriga uma entidade que promove o desenvolvimento local, tal como a AS-PTA, a elaborar vários projetos, um para cada tipo de atividade (pesquisa, extensão rural, capacitação, compra antecipada de alimentos etc.), o que torna inviável o exercício de integração dessas políticas.

Soma-se a esses problemas de concepção o enrijecimento dos sistemas de gestão dos projetos com recursos do governo federal. As exigências da Lei de Licitações 8666 vêm encarecendo e dificultando a gestão dos projetos com recursos governamentais (esse aspecto é detalhado na Introdução).

A ANA deverá discutir tanto a questão da dispersão das políticas como os procedimentos de gestão para formular uma proposta de política de financiamento dos processos de desenvolvimento local agroecológico para negociar com os vários órgãos do governo. Volta à baila uma proposta formulada pela AS-PTA, desde 2004, de criar um fundo de desenvolvimento de longo prazo. Essa proposta foi aprovada no Condraf, mas não encontrou eco suficiente, tanto nas várias organizações do Estado como nas entidades dos movimentos sociais que preferiram negociar diretamente suas demandas com o poder público. Agora está amadurecendo nos movimentos a idéia de que esta fórmula não está dando resultados e que será preciso estruturar uma política mais consistente e de longo prazo. A reunião do Fórum de Agroecologia que avaliou o programa e discutiu a sua nova versão para 2007 já aceitou a idéia da criação de um fundo e a integração dos recursos disponíveis. Esses recursos, ao que pudemos constatar, foram bastante significativos e poderiam ter tido efeitos bem maiores se utilizados de forma mais adequada pelos promotores do desenvolvimento local, mas as condicionalidades e a dispersão acima apontadas acabaram provocando baixa eficiência e até desorganização das entidades de apoio.

5) Programa Nacional de Sementes Crioulas

No início de 2006, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do MDA, decidiu promover um Programa de distribuição de sementes tanto da Embrapa como de

variedades crioulas, mas não submeteu a proposta ao debate com as organizações parceiras do MDA na ANA. A proposta foi discutida no II ENA por centenas de entidades, verificando-se seu caráter bastante convencional e pouco adaptado às práticas de resgate, melhoramento e multiplicação de sementes crioulas adotadas pelas organizações da agroecologia em todo o país.

Os técnicos da SAF aceitaram as críticas e declararam não levar à frente o Programa sem que novas negociações fossem realizadas com a sociedade civil. Entretanto, no início do segundo semestre de 2006, o GT da ANA verificou que o projeto estava em andamento e a Embrapa já estava produzindo as sementes para distribuição ainda na safra 2006/2007. Efetivamente, a SAF está financiando a Embrapa para produzir 6 mil toneladas de sementes, sobretudo de milho e feijão, e de apenas duas variedades de cada espécie. Como a distribuição é feita de forma bastante ampla em todo o nordeste, a adaptabilidade dessas variedades é amplamente questionável. Por outro lado, as variedades foram melhoradas com o sentido de produzirem em prazos ultra precoces, até 3 meses, o que corresponde a uma crença errônea de que o ciclo de chuvas no nordeste é muito curto, quando na verdade ele é irregularmente distribuído no tempo.

O GT Biodiversidade da ANA elaborou uma crítica ao Programa e vai se mobilizar para cobrar da SAF um debate de fundo para formular um Programa Nacional de Agrobiodiversidade com uma concepção agroecológica. Apesar dos equívocos da SAF, esta iniciativa recolocou na ordem do dia a idéia desse programa que tinha sido dada por perdida no ano anterior.

O GT Biodiversidade da ANA abriu negociações com o Ministério do Meio Ambiente e com a Companhia Nacional de Abastecimento para iniciar o processo de formulação do Programa, que está se abrindo para outros temas da biodiversidade além das sementes. A inclusão da SAF/MDA como parceira do programa está para ser negociada.

6) Outros temas

O programa de políticas públicas coordenou a produção de um número da revista “Agriculturas: experiências em agroecologia” dedicado ao tema das políticas públicas. A revista foi lançada durante o II ENA e, desde então, vários de seus artigos vêm sendo empregados como material de subsídio a debates sobre o tema por várias organizações no país.

A AS-PTA participou de um seminário internacional sobre a “Soja Responsável” organizado em Paris pelo CCFD e que contou com a participação de dezenas de ONGs européias, internacionais e latino-americanas. O debate girou em torno da negociação com grandes empresas compradoras de soja sobre critérios que deveriam utilizar para induzir nos produtores um maior respeito pelo meio ambiente e pelos direitos sociais. Na avaliação da AS-PTA, a estratégia de negociação tem futuro incerto, demandando uma condução segura, de forma a não correr o risco de legitimar as empresas participantes como “responsáveis”, sem que elas se comprometam realmente com qualquer critério concreto.

Mais interessante foi a iniciativa paralela do CCFD de submeter a empresa francesa Louis Dreyfus a uma campanha de denúncias que a obrigou à negociação com organizações dos movimentos sociais no Brasil, Argentina e Paraguai.

V. Centro de Informação

Nos últimos anos, o Centro de Informação da AS-PTA deu importantes passos no sentido de modificar o conceito e modernizar os métodos adotados, passando a assumir uma função ativa na produção, organização e disseminação de informações qualificadas para subsidiar a construção do campo agroecológico no Brasil. Com a identificação da crise financeira da AS-PTA em meados de 2005, o Centro de Informação passa a ter redimensionadas suas atribuições em função das disponibilidades financeiras, sem contudo, deixar de dar continuidade aos seus objetivos.

Em 2006, dois projetos destinados à produção e à circulação de informações sobre experiências concretas em agroecologia: a revista **Agriculturas: experiências em agroecologia** e o sistema de informações **Agroecologia em Rede** foram continuados, além da manutenção dos serviços de rotina do CD como o cadastramento de novas publicações, respostas às consultas externas e venda de publicações.

Revista **Agriculturas**

O ano de 2006 foi particularmente importante para a projeção da revista "Agriculturas: experiências em agroecologia". Durante o primeiro semestre, o II ENA e seu processo preparatório constituíram momentos significativos para a divulgação e a consolidação da revista em meio ao movimento agroecológico brasileiro.

O V.3, N.1 "Das práticas às Políticas Públicas" foi lançado durante o II ENA. A temática desse número veio fortalecer e qualificar as discussões realizadas durante o Encontro, bem como pôde dar contribuições com os desdobramentos do II ENA nas redes locais e regionais atuantes na promoção da agroecologia em todo país.

Neste ano, verificou-se um incremento substancial do número de subscritores da revista **Agriculturas**. Os processos descentralizados de preparação do II ENA foram valorizados como momentos para promoção e divulgação da revista. O Congresso Brasileiro de Agroecologia e o Encontro Internacional de Agroecologia foram também oportunidades nesse sentido.

Ao final de 2005 a base de subscritores contava com 1332 registros. Esse número cresceu para 2206 ao final de 2006, o que representa um aumento de 66%. Paralelamente ao acréscimo de novos registros, uma limpeza da base de dados vem sendo realizada, com a substituição daqueles subscritores que tiveram suas

revistas devolvidas pelos correios em razão de mudanças não comunicadas de endereço ou de destinações postais não-existentes. Do total de subscritores, 66% referem-se a cadastros individuais e 34% referem-se a inscrições institucionais.

A revista “Agriculturas: experiências em agroecologia” publicou quatro edições no ano de 2006 seguindo os temas definidos em conjunto pelos editores das revistas Leisa (tabela 1).

Tabela: Tema, mês de publicação e numeração das revistas publicadas em 2006 e sua correspondência com a numeração da publicação Global da Revista Leisa.

Tema da revista	Mês de publicação	Número	Número correspondente à Edição Global
Das práticas às políticas públicas	Abril	V. 3, N. 1	V.21, N. 4
Sistematização: conhecimento que vem das práticas	Julho	V. 3, N. 2	V.22, N. 1
Caminhos da transição agroecológica	Outubro	V.3, N.3	V.22, N.2
Pesquisa em Agroecologia: diálogo de saberes no desenvolvimento local	Dezembro	V.3, N.4	V.22, N.3

Dos 20 artigos brasileiros publicados em 2006, 12 abordam experiências desenvolvidas em sete estados da federação e oito deles enfocam experiências de âmbito nacional. Ainda que disperso geograficamente, os temas abordados esse ano, favoreceram a publicação de experiências de âmbito nacional.

A equipe de produção da revista e os editores convidados empenharam-se para favorecer uma participação mais diversificada de autores. A diversidade temática das edições do Volume 3 também contribuiu para essa diversificação. Houve nesse ano uma maior contribuição de pessoas vinculadas a instituições oficiais de pesquisa e extensão, institutos governamentais, professores universitários. Autores vinculados a ONGs (locais e internacionais) permaneceram como o grupo de maior diálogo e interação da revista.

Além da produção das revistas, a AS-PTA traduziu e está diagramando o manual sobre sistematização participativa produzido no âmbito do Projeto Piloto de Documentação e Sistematização desenvolvido pela parceria ETC Andes e Ileia. O manual será disponibilizado pelo site da revista Agriculturas.

Outro avanço significativo no ano, foi a elaboração de um site específico para a Revista Agriculturas (<http://agriculturas.leisa.info>), desenhado e implementado em parceria com a Fundação Ileia. O site vem desempenhando importante papel ao facilitar o acesso dos leitores da revista e outros interessados eventuais aos artigos e informações sistematizados e divulgados por meio das edições impressas. Veicula também os sites da edição global e as demais edições regionais.

Com um sistema de busca amigável, o usuário pode encontrar os artigos de seu interesse, eventos, sites associados ou publicações indexadas no Centro de

Documentação da Fundação Ileia. Ao final do ano, foi implementada a função “Dossiês temáticos”, que oferece informação adicional sobre os temas orientadores das edições das revistas. A página permite ainda o cadastro *on line* de subscritores.

Já no primeiro mês à disposição do público, foi observado um número de 1668 visitantes ao site. Esse número se repetiu nos meses seguintes. Com a possibilidade de subscrição *on line*, verificou-se um aumento progressivo de solicitações pela revista desde o lançamento da sua página Web.

A integração da base de dados do Centro de Documentação da AS-PTA é a próxima etapa de aprimoramento do site. Isso requererá uma consultoria especializada da área de biblioteconomia para análise e ajustamento dos campos da base de dados.

O ano de 2006 foi também bastante produtivo no estreitamento da capacidade produtiva da equipe executiva da revista *Agriculturas*. Apesar de ter mantido a mesma conformação, foi esboçado um organograma de produção que deixou claro os papéis e as atividades de cada colaborador, racionalizando e otimizando as fases de produção.

A cada edição da revista a equipe contrata um profissional com notório conhecimento no tema focado para atuar como editor convidado. A experiência com editores convidados vem sendo bem sucedida, pois além da elaboração dos editoriais, eles têm apoiado a execução de diferentes etapas do processo de produção.

Há também uma equipe de profissionais contratados para desenvolver a produção dos serviços especializados da revista: tradução, copidesque, revisão, diagramação e impressão. Em 2006, a equipe de produção de *Agriculturas* convocou as profissionais responsáveis pelo copidesque e revisão para apoiarem a elaboração de um Manual de Redação e Estilo a fim de padronizar a disposição dos elementos que compõem a revista e definir regras lexicogramaticais e normas padrão. A última revista do ano, “Pesquisa em Agroecologia: diálogo de saberes no desenvolvimento local” foi revisada já tendo como referência o manual.

Agroecologia em Rede

Durante o ano de 2006, a AS-PTA manteve as atividades de cadastramento do banco de dados sobre informações em agroecologia já disponível na internet, o “Agroecologia em Rede” (www.agroecologiaemrede.org.br). O banco conta atualmente com 211 cadastros de experiências, 431 cadastros de pesquisas e 1088 contatos de pessoas e instituições.

Pode-se observar uma curva ascendente de usuários do sistema durante o ano. Nos últimos meses, por volta de 850 pessoas em média visitaram o sistema. No mês de novembro o “Agroecologia em Rede” recebeu o maior número de visitas de usuários únicos, cerca de 1000.

Vale notar que há um aumento perceptível do número de usuários após a realização de atividades de formação. Imagina-se que, com a apropriação do sistema pelas redes regionais e nacional de agroecologia, teremos um acréscimo ainda maior de usuários, bem como o estímulo ao registro de novas experiências e pesquisas.

Avalia-se que o sistema Agroecologia em Rede evoluiu positivamente em 2006. Do ponto de vista técnico, o sistema avançou ao qualificar sua base de dados com os novos registros de experiências e pesquisas. Do ponto de vista político, o sistema foi debatido e compartilhado com representantes das principais redes regionais de Agroecologia no país articuladas em torno ao GT - Informação da ANA. Com essa evolução, o sistema está preparado técnica e organizativamente para abranger o que há de mais significativo no campo agroecológico brasileiro.

O processo preparatório do II ENA também levantou o debate sobre a importância da sistematização de experiências para a construção do conhecimento agroecológico, seja para o fortalecimento de dinâmicas locais de inovação agroecológica, seja para a reflexão e o aprimoramento das práticas institucionais e a troca de experiências entre as entidades. A publicação da revista V.3, N.3, dedicada à sistematização contribuiu para dar continuidade a essas discussões. A revista tem sido bastante usada como instrumento pedagógico na animação de oficinas de sistematização realizadas no Nordeste do país. Técnicos de instituições oficiais de extensão rural do sul do país também têm empregado a publicação em debates integrados à formulação de um projeto de sistematização de experiências agroecológicas.

No processo preparatório do VI Encontro Nacional da Articulação do Semi-árido Brasileiro – VI Enconasa, realizado em novembro de 2006 no município do Crato, no estado do Ceará, foram realizadas duas oficinas de capacitação sobre sistematização de experiências. Uma delas teve assessoria direta da AS-PTA, tendo como resultado a elaboração de nove boletins durante a oficina e mais outros 10 posteriormente. A segunda foi conduzida por uma organização do estado do Piauí que já havia sido capacitada pela AS-PTA anteriormente. Mesmo não estando diretamente envolvida na condução dessa oficina, a AS-PTA apoiou a sua concepção metodológica. Dois boletins foram produzidos como resultado da oficina. Todos esses materiais de sistematização foram empregados no processo de intercâmbio de experiências e conhecimentos realizado no VI Enconasa. As experiências sistematizadas foram cadastradas no acervo do Agroecologia em Rede.

Ainda durante o processo preparatório do II ENA, a AS-PTA participou ativamente da coordenação do Grupo de Trabalho sobre Informação – GT-Info da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA. Desde o primeiro Encontro Nacional, a ANA vem buscando intensificar os fluxos de interação entre os praticantes da agroecologia para que o movimento se fortaleça e aumente sua capacidade de expressão pública na sociedade brasileira. O GT-Info foi criado em 2005 para subsidiar a constituição e o fortalecimento de redes de conhecimento, através de sistemas de informação que permitissem dar visibilidade às experiências em curso e criar ambientes favoráveis às interações entre os experimentadores. Foi com esse objetivo que no processo preparatório ao II ENA, a AS-PTA ficou responsável pela

coordenação, em nome do GT-Info, da construção do mapa e do vídeo sobre expressões da agroecologia no Brasil.

O site da AS-PTA (www.aspta.org.br) é também um espaço virtual que está se consolidando como ponto de intensificação dos fluxos de informação sobre agroecologia. Além de informações institucionais, têm-se publicado textos e boletins da Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos, links para o “Agroecologia em Rede” e para a revista Agriculturas e o catálogo de publicações da AS-PTA.

Diante das múltiplas funções do site, fazem-se necessários o remodelamento e a readequação das funcionalidades da página. Um ponto importante é a reformulação do catálogo eletrônico das publicações que, depois da participação em eventos e congressos é o principal meio de venda das publicações da AS-PTA.

Anexo

Registros fotográficos

Programa de Desenvolvimento Local da Paraíba

Figura 01: Encontro estadual sobre fundos rotativos solidários.



Figura 02: Mulheres produzem multimistura para crianças em mutirão no município de Remígio



Figura 03: Mulheres e jovens do Pólo da Borborema visitam propriedade de Antonio Borges, no Cariri Paraibano



Figura 04: Encontro Paraibano de Agroecologia.



Programa de Desenvolvimento Local do Centro Sul do Paraná

Figura 01: Dia de campo para plantio de variedades de milho crioulo, município de Fernandes Pinheiro



Figura 02: Encontro de agricultores(as) experimentadores e feira de sementes em São Mateus do Sul



Figura 03: Degustação de feijão e curso sobre preparo do pinhão, município de Irineópolis



Figura 04: Curso sobre agrofloresta, em São Mateus do Sul



Figura 05: Agricultores e agricultoras em Fernandes Pinheiro discutindo o trabalho comunitário de quintais e plantas medicinais.



Projeto de Agricultura Urbana

Figura 01: Oficina de plantas medicinais em Jardim Guaratiba



Figura 02: Quintal comunitário no bairro Mendanha



Figura 03: Visita à sala da Natureza do Jardim América



Figura 04: Visita de intercâmbio na Paraíba



Figura 05: Oficina sobre agricultura em quintais no Centro de Formação de Inhoaíba



Figura 06: Visita de intercâmbio sobre manejo de quintais.

